

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-3-2024.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Coletivo Cuca Congo, Conselheiro Marcelo, Edson CT, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Enfermeira Tatiane Bernardes, Karen Santos, Polaca Rocha, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 062/24 (Processo nº 0118/24), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei do Legislativo nº 065/23 (Processo nº 0123/23), de autoria de Pedrinho da Tinga; o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/24 (Processo nº 0024/24), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 061/24 (Processo nº 0116/24) e o Projeto de Resolução nº 010/24 (Processo nº 0117/24), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 064/24 (Processo nº 0121/24), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 060/24 (Processo nº 0115/24), de autoria de Gilson Padeiro; Foi apregoado o Ofício nº 523/24, firmado por Ricardo Gomes, Vice-Prefeito, por meio do qual comunica que se ausentará do Município do dia seis até às doze horas do dia sete de março do corrente, a fim de participar de reuniões com o Secretário de Turismo de São Paulo, Rodolfo Marinho, e com o Presidente da São Paulo Turis, Gustavo Pires. Foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 680/23 (Processo nº 1173/23). Foi apregoado Requerimento firmado por Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia quatro ao dia oito de março do corrente. Foi apregoado Requerimento firmado por Moisés Maluco do Bem, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia seis ao dia nove de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Enfermeira Tatiane Bernardes, informando-a que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Moisés Maluco do Bem, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier e Aldoir Machado Borges em exercerem a vereança, em substituição, no período. Enfermeira Tatiane Bernardes pronunciou-se, nos termos do Art. 12, § 8º do

regimento. Mauro Pinheiro, presidindo, procedeu à entrega de flores para as vereadoras, em função do transcurso do Dia da Mulher, em 08 de março. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Edson CT, Gilson Padeiro, Cassiá Carpes, Jonas Reis, Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Tiago Albrecht, Márcio Bins Ely, Adeli Sell e Alvoni Medina. Na oportunidade, Mônica Leal pronunciou-se. Ainda, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, Enfermeira Tatiane Bernardes manifestou-se e estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 001 e 002/24, estes discutidos por Engº Comassetto; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/24; o Projeto de Lei do Legislativo nº 661/23, este discutido por Jonas Reis; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 003, 026, 027, 047, 048, 051, 057, 058 e 059/24; e os Projetos de Lei Resolução nºs 006 e 007/24; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 696, 755 e 762/23 e 006, 011, 024, 052 e 056/24. Mônica Leal convidou para solenidade de posse, dia onze de março do corrente, de Biga Pereira e Cláudia Araújo, respectivamente como Presidente e Vice-Presidente, na Procuradoria Especial da Mulher. Às quinze horas e cinquenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Coletivo Cuca Congo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi mantido o Veto Total e rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 543/23 (Processo nº 0916/23), após ser discutido por Pedro Ruas, Adeli Sell, Cláudia Araújo, Márcio Bins Ely, Roberto Robaina, Jessé Sangalli, Engº Comassetto, Idenir Cecchim e Jonas Reis, por doze votos SIM, dezessete votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Biga Pereira, Coletivo Cuca Congo, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Polaca Rocha e Roberto Robaina, votado Não Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Edson CT, Enfermeira Tatiane Bernardes, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e optado pela Abstenção Mari Pimentel. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi mantido o Veto Parcial e rejeitado parcialmente o Projeto de Lei do Executivo nº 037/23 (Processo nº 1126/23), após ser discutido por Adeli Sell, Biga Pereira, Roberto Robaina, Jonas Reis, Mari Pimentel, Engº Comassetto e Idenir Cecchim e encaminhado à votação por Adeli Sell, por quinze votos SIM e treze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Biga Pereira, Coletivo Cuca Congo, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Polaca Rocha, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Edson CT, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Na oportunidade, Engº Comassetto apresentou Declaração de Voto. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por

Jonas Reis, Tiago Albrecht, Edson CT e Cláudia Araújo, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 265/23 (Processo nº 0477/23), bem como aprovado Requerimento, de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, de autoria de Biga Pereira e Coletivo Cuca Congo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23 (Processo nº 0243/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Tiago Albrecht, Alvoní Medina, José Freitas e Mari Pimentel ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23 (Processo nº 0243/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de José Freitas e Alvoní Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23 (Processo nº 0243/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 028/24 (Processo nº 0122/24). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 034/21 (Processo nº 0658/21), após ser encaminhado à votação por João Bosco Vaz, Jessé Sangalli e Idenir Cecchim. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 368/23 (Processo nº 0647/23), após ser encaminhado à votação por Tiago Albrecht e Engº Comassetto. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 265/23 (Processo nº 0477/23), após ser encaminhado à votação por Edson CT e Cláudia Araújo. Foi rejeitada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 265/23, por dois votos SIM, dezenove votos NÃO e três ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Idenir Cecchim e Jessé Sangalli, votado Não Adeli Sell, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Edson CT, Enfermeira Tatiane Bernardes, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Polaca Rocha, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 265/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 595/23 (Processo nº 1012/23), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 595/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 595/23. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 174/23 (Processo nº 0342/23), após ser discutido por José Freitas. Às dezoito horas e três minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro e Fernanda Barth. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Ofício nº 523/24, firmado pelo senhor Ricardo Gomes, vice-prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual comunica que se ausentará do Município do dia 6 até às 12h do dia 7 de março de 2024, a fim de participar de reuniões com o secretário de Turismo São Paulo, o senhor Rodolfo Marinho, e com o presidente da São Paulo Turis, o senhor Gustavo Pires.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 680/23.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 4 ao dia 8 de março de 2024.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 6 ao dia 9 de março de 2024.

Apregoo também a declaração firmada pelo Ver. Moisés Maluco do Bem, líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier e Aldoir Machado Borges em exercerem a vereança em substituição no período.

Informamos que se encontra no plenário a suplente Enfermeira Tatiane Bernardes, que já procedeu a entrega à Mesa do seu diploma de sua declaração pública de bens e a indicação do seu nome parlamentar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Enfermeira Tatiane Bernardes prestará a seguir.

SUPLENTE ENFERMEIRA TATIANE BERNARDES: “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.”

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Declaro empossada na vereança a Ver.^a Enfermeira Tatiane Bernardes e informo que V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. A Ver.^a Enfermeira Tatiane Bernardes está com a palavra, nos termos do art. 12, § 8º, do Regimento.

VEREADORA ENFERMEIRA TATIANE BERNARDES (PSDB): Sr. Presidente desta Casa, colegas vereadoras e vereadores, telespectadores da TVCâmara, todo o público aqui, minha família, amigos, eleitores, pessoal da enfermagem; é com muita felicidade que hoje eu tomo posse aqui na Semana da Mulher. Eu, mulher, enfermeira, comecei a minha vida como auxiliar de enfermagem. Em 1999, me tornei enfermeira, especialista em saúde pública, atualmente eu estava de diretora da Atenção Primária no Estado do Rio Grande do Sul, a primeira enfermeira a tomar este cargo. Hoje

posso dizer com muita felicidade que represento aqui a minha categoria, a enfermagem nunca teve nenhum representante na história da capital gaúcha, e eu estou aqui, como mulher, como enfermeira – a enfermagem representa 70% dos cuidados de saúde no SUS –, estou aqui como trabalhadora da saúde, representando a minha classe. Quero agradecer muito à bancada de vereadores do PSDB pela oportunidade, agradeço ao Ver. Gilson, ao Ver. Marcelo e, principalmente, ao nosso presidente municipal, Ver. Moisés Barboza. Assumo como vereadora na Semana da Mulher e quero deixar aqui, como ênfase, que a gente não pode somente lembrar as mulheres neste mês, e não somos apenas útero e mama, nós somos muitas coisas. Eu estou aqui e, neste tempo, ficarei defendendo o SUS e os direitos das mulheres, que, por muitas vezes, não são concedidos. Com muita honra eu digo que, hoje, neste período, eu sou a Ver.^a Enfermeira Tatiane Bernardes. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Quero aproveitar a fala da Ver.^a Enfermeira Tatiane Bernardes para informar que será hoje, dia 6 de março – o dia 8 de março será na próxima sexta-feira, não teremos sessão –, a homenagem a todas as mulheres do nosso Parlamento. Então, com apenas 28% das cadeiras deste plenário ocupadas por mulheres, vocês demonstram uma determinação inabalável ao defenderem os seus pensamentos. E quero fazer também a entrega de uma flor, que seja o lembrete do poder que cada uma carrega consigo. E vamos, juntos, inspirar mais mulheres a entrarem para a política e garantir que cada voz seja ouvida e valorizada. A coragem de vocês, mulheres, ilumina o caminho para uma representação mais justa e igualitária. Parabéns a todas as mulheres, e principalmente hoje as mulheres do Parlamento, mas a todas as mulheres, parabéns pelo Dia da Mulher. Convido as vereadoras para virem até aqui à frente para que a gente possa fazer essa entrega.

(Procede-se à entrega das flores.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder, e após, prossegue sua manifestação pelo governo.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos assistem, boa tarde, vereadores, pessoas que vieram prestigiar a sessão e estão presentes no plenário. O que eu venho falar com vocês aqui é muito importante, eu trouxe aqui, a pedido, o pronunciamento feito pelos produtores da área rural de Porto Alegre. Eu vou lê-lo, porque eles estão aqui presentes. As palavras são deles, eu sou apenas uma porta-voz alinhada. (Lê.): “Boa tarde a todos os nobres vereadores desta Casa, ao Presidente da Câmara e à Ver.^a Fernanda Barth, que nos cedeu essa possibilidade. Chamo-me o Paulo Luciano Silva da Rosa, filho neto e bisneto de produtor rural desta capital. Hoje vimos aqui em resposta a uns comentários feitos por um parlamentar, criticando o prefeito da capital e pondo na nossa conta os problemas da cidade e seus problemas com o mandatário da capital. Nós, produtores, vimos aqui hoje não para defender o prefeito, mas, sim, para

defender a nossa causa. O parlamentar critica o prefeito e o sindicato rural por compras de *kits* de irrigação para ajudar os produtores, essa pessoa não conhece mesmo a área rural de Porto Alegre e nem a produção agrícola da capital, não conhece o sofrimento que o produtor passa para produzir e sobreviver com a agricultura. Acho que esse sensacionalismo desse cidadão não merece a nossa atenção. Fazer palanque eleitoral em cima de nós, produtores, em rede social é pura demagogia. Não conhece mesmo a área e nem o trabalho que passamos na lavoura, trabalhando 30 dias do mês, 365 dias por ano, enterrando o dinheiro na terra e contando com as intempéries do tempo. Passamos três anos de secas terríveis nunca vistas em nossa história e, como consequência, uma primavera chuvosa como há muito tempo não se via. E com isso tudo surge o poder público, em nome do prefeito Sebastião Melo, estendendo a mão para os produtores, não desmerecendo ninguém na capital. Com um decreto da seca, arrumou máquinas para fazer açudes e limpar e reservar a água, e também os tais *kits* de irrigação para beneficiar a maioria dos produtores, sem contar com a ativação da Patrulha Agrícola, com maquinários novos e a reforma dos que já tinha, mais a compra de insumos para a ajuda aos produtores, tais como: calcário e cama de aviário. Nós temos uma produção incrível. Todo esse investimento volta nos programas. O Programa de Aquisição de Alimentos, para quem não conhece, o PAA, com mais de R\$ 1,9 milhão para pessoas com vulnerabilidade de baixa renda. O PNAE com mais de R\$ 5 milhões para garantir a merenda escolar, creches, asilos e sem contar as feiras convencionais e orgânicas. Então, olhando esse cidadão triste, esse parlamentar desavisado, desinformado, usando a nós, produtores, para bater no prefeito e no sindicato, nos deixa claro que há um desconhecimento total do nosso trabalho. Não viemos aqui hoje arranjar encrenca com ninguém, mas, sim, mostrar para os parlamentares que nós trabalhamos duro.”

Meus amigos, eu trouxe aqui este documento, e aqui tem as informações aos produtores sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, que tem como cota para todos os produtores R\$ 52.432,00 para a aquisição de alimentos feitos na nossa área rural, justamente para a área da educação, para asilos, para creches, para ONGs. Peço para a minha assessoria me trazer o documento que está com a assinatura dos produtores aqui, pois essa minha cópia aqui não tem.

(Lê.): “Segundo o escritório de Porto Alegre, da Emater/RS, a capital conta com 450 propriedades com atividade comercial de agricultura e pecuária (produção agrícola e turismo rural), incluindo regiões fora da zona rural. Já o número de propriedades rurais se aproxima de 700. Os produtores cadastrados pela Unidade de Fomento Agropecuário – UFA, que fica no CAD, tem cadastrados 128 produtores. Entre as propriedades que têm função de moradia e produção para comércio são 50,78%. Para produção ao comércio, 70,31%. Subsistência, são 46,88%, e turismo rural, 17,19%.” Presidente, o líder do governo me cedeu os seus cinco minutos.

(Lê.): “O número total de propriedades se aproxima de 700.” E a gente vê, com muita felicidade, a realização da FestPoa Rural que começa nos próximos dias e que vai trazer informação de verdade sobre a área rural para todos aqueles que desconhecem o que de fato acontece na nossa área rural. Eu fui, inclusive, criticada por colegas

alinhados com a direita, que eu estaria fazendo propaganda contra o progresso e o desenvolvimento da área rural por me colocar aqui contra, absolutamente contra, a transformação da área rural de Porto Alegre em grandes condomínios de luxo. Eu quero a área rural sendo rural, com a história e a tradição preservadas, com os produtores mantidos lá e as condições de produção mantidas. Quero que a gente tenha as melhores condições possíveis de produção. Olhem os cartazes: em defesa do PNAE, em defesa do PAA, em defesa do CAD, em defesa das feiras, em defesa dos asilos e pessoas de vulnerabilidade, em defesa da zona rural. Contem sempre comigo, meus amigos.

(Lê): “Produtores de origem animal – SIMPOA, possuem 27 estabelecimentos registrados, sendo: 20 unidades de beneficiamento de carne e produtos cárneos, produção mensal média de 500 toneladas; uma unidade de beneficiamento de leite e derivados; uma unidade de beneficiamento de mel; duas unidades de beneficiamento de pescado e produtos de pescado; duas unidades de beneficiamento de produtos de origem animal fatiados; uma unidade de beneficiamento de ovos e derivados; 10 Unidades de Beneficiamento Artesanal de Pequeno Porte – UBAPP – ativas. A maioria produz a própria matéria-prima usada na UBAPP.” É essa unidade de beneficiamento artesanal de pequeno porte.

(Lê): “É uma produção em pequena escala e com mão de obra familiar. Os produtos são comercializados nas feiras orgânicas do Município e possuem certificação.” Já o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos, que não existiria se não fossem os nossos produtores da área rural de Porto Alegre, promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos diretamente dos produtores rurais de Porto Alegre. Para 2024, mais R\$ 1,4 milhão já estão garantidos para essas aquisições e mais R\$ 500 mil por emenda, sendo que tem emenda minha também nisso. Em 2023, foram 37 produtores que aderiram, com o orçamento de R\$ 350 mil. Em 2024, são 37 produtores que aderiram, com o orçamento de R\$ 1,4 milhão. Quota total para cada agricultor fica R\$ 52.432,00, que eu já havia mencionado. Os açudes, que foram criados para dirimir a crise hídrica de 2023: 78 produtores inscritos, mais 2 pelo Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, total de atendimento 121 serviços realizados, 65 produtores atendidos. Em 2023, foram 85 reformas e limpezas de açudes e 12 novos açudes construídos. Em 2024, são 19 reformas e limpeza e 5 novos açudes construídos.

Eu tenho aqui que agradecer à Prefeitura de Porto Alegre, à Secretaria Municipal de Governança, onde está a área da agricultura, por ter tido a coragem de fazer isso e de manter esses programas em funcionamento. Com um investimento total de R\$ 5,7 milhões, em parceria com o Sindicato Rural de Porto Alegre, a Prefeitura vai disponibilizar a Patrulha Agrícola, com serviços de máquinas e equipamentos, além de *kits* de irrigação e insumos para adubação. Os serviços para a Patrulha Agrícola têm 110 inscritos.

Auxílio emergencial aos produtores rurais foi um investimento de R\$ 1 milhão para conceder. Auxílio emergencial aos produtores rurais com a finalidade de mitigar os danos à produção primária causados pelas chuvas intensivas. O valor concedido pelo cartão magnético para cada produtor será de R\$ 10 mil; até 31 de janeiro,

72 produtores estavam inscritos. E temos também o valor de R\$ 500 mil para melhorias no entreposto de beneficiamento de ovos, no pavilhão de agricultura, na produção de sementes mudas e substratos e no prédio administrativo do CAD, com auditório para eventos, cozinha modelo, e em breve edital aberto para cursos de qualificação e capacitação. Os novos servidores do CAD estão trabalhando desde 2023, são três engenheiros agrônomos recentemente contratados, dois médicos veterinários e dois assistentes administrativos. Tudo isso, meus amigos, é uma Prefeitura que tem olhos de cuidado para a área rural de Porto Alegre. Eu peço aqui uma salva de palmas dos vereadores para os produtores rurais que mantêm a atividade viva, que abastecem as nossas feiras e que estão aqui hoje – vocês têm o nosso agradecimento; temos orgulho do trabalho de vocês. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Edson CT está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR EDSON CT (SOLIDARIEDADE): Boa tarde a todos, Presidente da Casa, Ver. Mauro Pinheiro, diretor Luiz Afonso, componentes da Mesa, demais queridos vereadores e vereadoras da Casa, todos que estão aqui na tribuna hoje, meu amigo Charles. Venho trazer aqui uma situação que me deixou perplexo em relação a uma das questões que, no passado recente, eu falei: sobre a questão da abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua, mendicância e trabalho infantil. Hoje, olhando a resposta da própria FASC, diz: “Conforme informações prestadas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, informo que não é de incumbência exclusiva da organização da sociedade civil – OSC e CPCA, execução do Programa Ação Rua nos territórios de Porto Alegre, o qual é executado por nove organizações da sociedade civil, dispostos da seguinte forma...” Charles, tu és um conhecedor que está aqui na Câmara e algumas outras pessoas que também já foram conselheiros tutelares sabem que, no raio X de Porto Alegre, o que mais se vê em situação de mendicância são crianças nos semáforos, fazendo mendicância em frente ao Zaffari, Carrefour, bem como nas sinaleiras das avenidas Cristiano Fischer, Ipiranga, e por aí vai. Gilson, tu és um sabedor, anda por toda a Porto Alegre, sabes que isso, cada vez mais, está gritante dentro da nossa sociedade. É difícil enxergar isso porque na resposta fala que não é simplesmente incumbência da própria FASC, que incumbe a tantos outros. Aí, a [Resolução nº 109 do CNAS](#) coloca a abordagem social como peça fundamental na questão da abordagem programada e continuada. Ou seja, programada e continuada, Gilson. Continuada – não para. Às 21h não tem equipe de abordagem social para poder fazer essa abordagem em semáforos, em frente de supermercado, hipermercado, seja lá onde for. E o que passa para nós? A violência institucional. Então, mais uma vez eu fico perplexo dentro desta Casa, mostrando a minha indignação com uma resposta dessas. Na verdade, eu estou me despedindo logo mais, mas eu gostaria que todos os demais vereadores da Casa mantivessem essa luta, porque não é uma luta minha, enquanto conselheiro tutelar, é uma luta da sociedade, é uma luta da Constituição Federal, é uma luta que é de todos. E está

lá, no art. 227 da Constituição Federal, que é dever de todos, família sociedade e Estado, na questão da prioridade absoluta do direito da criança e do adolescente. Eu saio daqui com a total certeza de que todos os demais colegas que estão aqui hoje vão manter essa luta, Cecchim. Vão manter essa luta, nem que tenham que chamar a esta Casa o próprio presidente da FASC, o Cristiano e também chamar o Léo Voigt que é o nosso secretário o SMDS. Está certo?

Para além disso, também falei, coloquei e protocolei algumas outras situações aqui que falam sobre a causa animal. Para algumas pessoas que não me conhecem: eu tenho 33 anos de trabalho social dentro da minha região e sou, sim, conhecedor da causa animal também. Está certo? Então eu gostaria que tivessem mais respeito quando falam da minha pessoa em relação à causa animal porque eu também tenho propriedade para falar sobre isso. E a causa animal não é de um só, é de todos nós. Está certo, pessoal? Conto com vocês nessa luta aí.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores e vereadoras, a todos que nos assistem nas redes sociais e nas galerias, especialmente aos produtores rurais do Extremo-Sul de Porto Alegre que se fazem presentes. Nós estamos sempre trabalhando para melhorar a qualidade de vida e melhorar as oportunidades para vocês. Está aqui presente o Vasco que, há poucos dias, teve um acidente, ele não deixa de estar acordando cedo para cuidar da sua lavoura para poder trazer alimento para mesa de quem mais precisa. Temos todos aí, trabalhamos muito forte em cima do PEA, e o nosso mandato também encaminhou emenda impositiva para ajudar também o PNAE. É isso, gente, nós temos que dar um pouquinho mais de atenção, Presidente Mauro, e começar a enxergar um pouco mais a área rural. Às vezes o pessoal fala “Ah, o vereador é pé no barro”, é pé no barro sim, porque a gente está lá no meio visitando, fiscalizando e acompanhando. Às vezes temos vereadores que sobem nesta tribuna e falam coisas que ofendem alguém. “Ah, isso não vai acontecer”, e acontece. Hoje está aí o pessoal da zona rural que se sentiu ofendido por algumas falas, eu acho que a gente tem que subir aqui e ter um pouquinho mais de respeito. Então, vocês podem contar com o meu apoio no que precisarem, estarei sempre com vocês.

Vou trazer uma outra pauta aqui, Presidente Mauro Pinheiro, que é um problema muito sério no modal de lotação. Está sendo falado em toda a cidade que algumas linhas de lotação vão parar de funcionar no próximo mês. A minha preocupação bastante é com a zona sul, com o Extremo-Sul, na linha Belém Novo, que estão falando que não tem horário sábado, não tem horário domingo e parece que vão extinguir todos os horários; na Restinga Velha também. Eu acho que esta Casa tem que também trabalhar em cima disso para a gente tentar manter um serviço que por muito e muito tempo foi uma luta muito grande para conseguir, e agora, por nada, vai se terminar. Eu acho que a Prefeitura de Porto Alegre já faz um baita de um trabalho, mas ela pode também ter um

olhar especial para o modal de lotação. É esta a minha contribuição, Presidente Mauro, obrigado pela oportunidade. Um abraço aos produtores rurais do Extremo-Sul de Porto Alegre e podem contar com a gente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; quero aqui me associar ao demais colegas sobre os plantadores da Zona Sul, que são muito importantes para nós. Nós devemos dizer que nós éramos, até então, a maior área rural do País, das capitais. Hoje só perdemos para Tocantins, que é um Estado novo, que é normal que eles tenham uma área rural grande. Então, naturalmente, nós devemos preservar essa área que tem na nossa cidade, com vocês lá, trabalhando, gerando emprego, gerando renda; isso é importante, porque se nós não preservarmos vocês e vocês não lutarem pelo lugar de vocês, virá, sem dúvida, o que o vereador aquele iria dizer aqui, a especulação imobiliária, e ela já aconteceu um pouco. Então, nós temos que preservar a área rural na cidade que, na nossa capital, é especificamente na Zona Sul, uma área oriunda rural, e hoje tem um percentual de Porto Alegre muito grande que ainda é rural, e que nós devemos preservar. Esta Casa se preocupa, sim, com vocês, para que tenham condições. E eu pergunto: o governo federal e estadual não dão subsídios para os agricultores de todo o Estado? Dão! Os bancos têm linha de créditos especiais para financiamento de plantio; o Banrisul, o nosso maior banco; o Sicredi, o Banco do Brasil. Eu trabalhei na cooperativa em São Borja, quando São Borja era a capital do trigo do Brasil. Conseqüentemente, o subsídio que se dá aqui em Porto Alegre, em linha de crédito, tem que acompanhar aquela linha de crédito das capitais, como é em Porto Alegre, que tem uma área rural, mas principalmente acompanhar o que o Banco do Brasil dá para os agricultores do interior, o que o Banrisul dá, enfim, as entidades financeiras, porque isso é progresso, e isso estabelece um parâmetro de melhoria de vida para vocês daquela região, de valorização da região, de valorização da produção, de uma região que nós conhecemos muito bem. Então eu quero me associar a essa questão, ela é fundamental para vocês, há um reconhecimento do Município, há um reconhecimento, tenho certeza, da maioria dos vereadores e vereadoras desta Casa, porque vocês passam... As pessoas estranham que tenhamos produtor na capital. Tem sim, tem produtor na capital. Não pode? Pode sim, e deve-se preservar aquela área, que é uma área rural específica e histórica da nossa capital. Estamos junto com vocês. Parabéns, contem conosco. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, minha saudação. Quero aqui me dirigir principalmente a todas as mulheres.

No dia 8, chamado 8M, novamente as mulheres vão para as ruas de Porto Alegre para mostrar a sua força, mostrar que, infelizmente, ainda a sociedade brasileira paga salários mais baixos para as mulheres, por exemplo, fazendo a mesma função que os homens. É uma vergonha vivermos, em 2024, num cenário desses, absurdo que a gente deve condenar. Eu faço aqui a minha homenagem principalmente à categoria das professoras, das trabalhadoras em educação. Eu sou professor, e a gente sempre tem a sala que dizem ser a sala dos professores, mas é uma mentira, porque são das professoras, a maioria são mulheres, mas chama sala dos professores. A gente vai no hospital, vai na saúde, e daí as pessoas falam: o doutor, o doutor, o doutor, mas na verdade quem carrega a saúde, o SUS nas costas são as técnicas de enfermagem, as enfermeiras, as auxiliares, as nutricionistas. Se a gente vai na assistência social, por exemplo, a maioria das assistentes são mulheres. Então as mulheres ocupam diversas funções na sociedade, mas não são reconhecidas, inclusive na política. É uma minoria de mulheres! Vejo aqui a Ver.^a Fran Rodrigues, que neste momento substitui o Ver. Prof. Alex; vejo aqui a Ver.^a Polaca Rocha, que está substituindo o Ver. Oliboni; e a Ver.^a Cuca Congo, professora também, que está substituindo o Ver. Giovani e Coletivo. E é importante frisar que temos poucas mulheres na política, a gente precisa ampliar isso, precisa ser ampliada a representatividade de gênero! Esta Câmara, por exemplo, não tem nenhuma mulher trans, a gente precisa, enquanto capital, pensar nisso também. É preciso refletir sobre qual o lugar das mulheres. O lugar das mulheres é onde elas quiserem estar, e nós, como homens, precisamos fortalecer essa luta! O voto feminino veio muito tempo depois, um absurdo. Se a gente olhar, no Brasil, a maioria da magistratura é composta por homens; a maioria dos delegados, homens; espaços de poder; a maioria das prefeituras é homens; Viamão, aqui do lado, homem; Alvorada, prefeito; Porto Alegre, prefeito e vice-prefeito; Canoas, prefeito e vice; vai Sapucaia, Esteio, São Leopoldo... Isso precisa mudar, então quero fazer um convite aqui a todos os partidos, independentemente de ser de esquerda ou de direita, de centro, deem espaço para as mulheres na política, inclusive com financiamento, representatividade na política, o exemplo para as empresas, para o capital também. Felizmente, temos, Polaca, Dilma Rousseff dirigindo o banco do BRICS, uma mulher – parabéns ao Presidente Lula pelo reconhecimento, por indicar a presidenta Dilma Rousseff, uma economista renomada que desenvolveu muitas políticas – as pessoas não lembram – para as mães, para as mulheres neste Brasil inteiro. Uma delas foi construir mais escolas, foi mandar mais dinheiro para as escolas. Infelizmente, os prefeitos que vieram, por exemplo, em Porto Alegre, não implementaram, não fizeram a sua contrapartida, e hoje nós temos creches que viraram tapera em Porto Alegre. Na Hípica temos uma, no Lami temos outra, no Lageado, são três. A gente precisa mudar isso na Aberta dos Morros, Hípica e Lageado, precisamos fazer essas escolas funcionarem. Mas quero concluir aqui dizendo e lembrando o governo Melo: Melo, tu prometeste que iria fazer a zeladoria da cidade, e, até agora, tu não conseguiste recolher os dejetos do temporal de janeiro, prefeito! E tu foste passear lá na Colômbia, que beleza! O prefeito de Porto Alegre na Colômbia, e Porto Alegre atolada no, numa podridão do temporal de janeiro; que prefeito é esse que não consegue fazer a limpeza urbana? É o prefeito do

MDB, da direita, que bota um chapéu e se finge de agricultor, coisa que ele não é, mas ele finge, parece que a cena está montada! Não aceitaremos, queremos serviço público de qualidade. Prefeito, até sexta-feira, por gentileza, limpa a cidade!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta, tendo em vista que foi combinado na reunião de líderes fazermos uma reunião conjunta na próxima quarta-feira; então, para poder liberar alguns projetos de vereadores, vamos passar à Pauta. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Cassiá, tal vereador não é tão importante para que eu ouse respondê-lo.

Eu queria fazer aqui uma homenagem ao carnaval de Porto Alegre, Sr. Presidente. Imagino que vais perguntar: “Mas o que um gringo lá de Nova Prata se mete a falar de carnaval?” Eu quero falar do mérito de uma escola da Grande Porto Alegre: Acadêmicos de Gravataí, que ganhou o carnaval. Com o seu símbolo, a onça negra, com a participação e o apoio total do ex-prefeito Marco Alba e da deputada Patrícia Alba essa escola ganhou o carnaval de Porto Alegre. É de Gravataí? É. Mas tem muitos porto-alegrenses que desfilaram nessa escola e que ajudaram a conquistar esse título. Por isso eu queria fazer esse registro aqui e cumprimentar Marco Alba e Patrícia Alba que participaram e apoiaram sempre essa escola. Nós tivemos nesta semana, que é a semana da mulher no mundo todo, em Não-Me-Toque, uma grande exposição que coincidiu com a notícia do PIB positivo na economia brasileira. O Presidente viajante, que foi ver como estava o PIB da África, e a sua equipe não se dignaram a dizer que 15% do nosso PIB é do agro. E esse governo Janja/Lula é contra o agronegócio, o Lula ofendeu o agronegócio e não se dignou a reconhecer isso, que o agronegócio é um importante pilar da nossa economia. Também não é de se estranhar, o Lula gosta mesmo é do MST, que invade terra – ele adora isso, adora! –; mas quem produz, quem desenvolve, quem arrecada, quem exporta, que é o agronegócio, esse governo não gosta. Pelo menos se ele defendesse a cana de açúcar, que é uma matéria-prima básica de preferência do Presidente, nem isso ele fez, nem a cana de açúcar. Então eu tenho que ver aqui os 15%, o amor de Lula, que é o MST, eu não sei quanto por cento produz, mas é muito pouco. Mas eu respeito o pequeno produtor, aquele pequeno produtor que trabalha, e são muitos pequenos agricultores neste País que trabalham muito. Por quem eu não tenho nenhum respeito é pelos invasores de terras produtivas, muitas vezes. Com isso eu não tenho que me preocupar e nem respeitar. Mas o agronegócio eu quero o aplaudir, todo ele: o produtor de leite, o produtor de soja, o produtor de trigo, o produtor de milho. O maior produtor de alimentos do mundo talvez, daqui a pouco, sejamos nós, mesmo sendo contra a vontade do Presidente, mesmo sendo contra a vontade dos partidos que apoiam esse Presidente, o

agro é nosso, o negócio vai continuar. Eu, que não sou bolsonarista, eu tenho lado, mas não posso defender, e agora saiu uma notícia de que ontem tiveram que prender o tal do Bispo 2, lá em Não-Me-Toque, perseguindo o ex-Presidente Bolsonaro. Mas será possível? Será possível que continuam ainda? Já cassaram ele para ser candidato, mas para que querer matar o Bolsonaro? Para que querer matar o Bolsonaro? Mas o Bispo 2 parece que apareceu em Não-Me-Toque. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra pela TVCâmara e na presença aqui; há um tema mundial, querida Polaca, que continua vereadora aqui, e nós fazemos parte da humanidade por óbvio, meu caro Nelson Kalil, que eu vejo daqui, que hoje acirra muitos debates. Esta Casa, obviamente, tem posições divergentes, o que é natural e é um direito de cada um ter a sua posição, mas a questão do conflito no Oriente Médio, Robaina, é algo que, a cada dia que passa, fica pior. Está num nível que o mundo inteiro, o mundo, se revolta com a ação do exército de Israel. Eu lamento e respeito quem pensa diferente de mim, mas nós temos a nossa maneira de pensar. E não é possível – não é possível! – a continuidade daquele verdadeiro massacre em Gaza, um massacre! Falam numa guerra do Estado de Israel contra o Hamas. O Hamas não é país, o Hamas não é nada, o Hamas não interessa, o que existe, na verdade, é uma ocupação da Faixa de Gaza, onde os civis estão pagando a conta. Eu nunca vi alguém defender, nunca vi alguém defender a ação do Hamas, nunca vi; e não vou fazer isso aqui também, nunca fiz. Agora, o que está ocorrendo em Gaza, onde só existe um tipo de exército, que é do Estado de Israel; onde só existe um tipo de soldado, são o soldado de Israel, e as armas são do exército de Israel, o resto é o povo palestino. São mais de 30 mil mortos, que, na maioria, são mulheres, crianças e idosos. Os hospitais são bombardeados, as escolas bombardeadas. Agora há pouco anunciaram que iam entregar comida, as pessoas correram desesperadas, era farinha – era farinha! –, mas é o mínimo, era farinha! E receberam vários tiros, vários tiros e muitos morreram, 112 precisamente. Eu respeito quem pensa diferente, respeito a Ver.^a Mônica Leal, que chega agora aqui, que tem outra ideia, que discorda, respeito. Agora, é um massacre brutal o que ocorre em Gaza, não é guerra coisa nenhuma, é uma ocupação de um território onde o seu povo está sendo morto por um exército poderoso, por sinal é o quarto mais poderoso do planeta. E não é possível que nós não tenhamos uma forma, que o mundo não tenha uma forma de parar isso, não é possível, não é mais admissível. Não é mais possível que se conviva com uma realidade tão brutal, tão trágica, que agride tanto qualquer conceito mínimo de humanidade. O cessar-fogo tem que ser já, agora, para ontem. Em todo o mundo, eu acho que tem que haver manifestações dessa natureza. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, há pouco subiu a esta tribuna o líder do PT e, dentre tantas bobagens que falou, me espanta que, por ele ser professor, não saiba que o plural em português é do gênero masculino e não tem a ver com homem e mulher, porque tem o masculino, o neutro e o feminino; se diz professor, aliás quis defender aqui os professores. É o professor que não dá aula, né?! Alguém já viu o Jonas dando aula aí? Nunca vi uma foto do Jonas dando aula, mas ele se diz professor.

Bem, e foi o Jonas que fez os discursos agressivos com a zona rural, cujos representantes estão lá, ó, estão lá em cima, a Ver.^a Fernanda já colocou, só que ele tem coragem de falar quando vocês não estão aqui. Vocês viram que ele subiu aqui e nada do líder petista falar olhando para vocês. Porque não tem coragem! Porque não olha no olho! Porque sabe que o PT persegue o agro! Porque sabe que o PT chama o agro de fascista! Aliás, olha essa, vereador líder do PT: “Governo Lula estuda proposta de vale-carne de R\$ 35,00 para quem recebe o Bolsa Família”. Sabem quem estava nessa reunião? Vários pecuaristas que não estão interessados, né?! Mas um dos pecuaristas é filho de José Carlos Bumlai, condenado na Lava Jato! Voltou tudo, pessoal! Não é coisa de direita, de extrema direita. Voltou! O filho do pecuarista condenado na Lava Jato, amigo do PT, estava lá fazendo *lobby* para o vale – será que é o vale-picanha, vereador? – de R\$ 35,00. Desculpa, Sra. Presidente. São R\$ 35,00! E tem gente condenada na Lava Jato. Mas eles vão defender o pecuarista, eles vão dizer que o problema é o Deltan Dallagnol; eles vão dizer que o problema é o Sergio Moro e vão defender pecuaristas. O PT usa o pobre para poder enriquecer o dinheiro dos amigos. Ou vocês não viram que querem proibir o saque-aniversário do FGTS, que é do trabalhador, mas querem facilitar o consignado? Quem é que ganha com os juros do consignado neste País? Os banqueiros! E o PT, que anda de Hilux, o PT, que anda de carrão importado, com segurança armado, que desprotegeu o pobre, usa o pobre, usa os ruralistas para quê? Para poder enriquecer o bolso dos companheiros, da elite. Lembram do clube das empresas campeãs nacionais? É isso! A Lava Jato está de volta ao Palácio do Planalto, o filho de Bumlai estava nessa reunião de *lobby* para vender carne para o governo no vale, carne de segunda, vale-picanha, sei lá o que dá para comprar com R\$ 35,00.

O governo que prometeu que o pobre ia voar de avião, andar de avião, vai tirar o pobre do Uber, vai criar o monopólio do Uber, porque a Uber está feliz com essas regulações. Só eles vão ficar no mercado. Os “garupas” da vida, outras empresas vão sair, não têm como competir.

E, por fim, quero dedicar uma palavra ao Ver. Pedro Ruas. Querido Pedro, há uma forma muito simples de promover a paz: que o *Hamas* libere os reféns, entregue as armas e deixe a democracia grassar na Faixa de Gaza, como grassa em Israel, como grassa em outras partes do mundo. Existe, sim, uma luz para o fim desse conflito, que é o *Hamas*, repito, liberar os reféns, entregar as armas e voltar a ser um partido político, pois hoje é

um grupo terrorista. Aumentam em 245% os casos de antissemitismo, e ouço uma notícia que não gostaria: que já tem detector de metais em escolas de origem judaica Brasil afora. Isso é triste e há um caminho, Ver. Pedro, V. Exa. clama e eu também clamo. Há um caminho para a paz: o Hamas libertar os reféns e deixar de ser um grupo terrorista. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(A Ver.^a Fernanda Barth assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver.^a Cláudia, por me ceder o tempo do seu partido. Não poderia deixar de ocupar esta tribuna depois de escutar o meu colega Ver. Pedro Ruas, que falou sobre Israel, sobre a Palestina e aqui eu quero dizer sobre o grupo terrorista Hamas. Ora, senhores, o que houve em Israel foi uma carnificina no dia 7 de outubro, quando terroristas entraram e estupraram crianças, jovens e mulheres. Eu falo isso com propriedade, pois, naquela época, eu tinha um sobrinho dentro de um *kibutz* a 50 km da Faixa de Gaza, e vivemos dias terríveis até que esse jovem de 20 anos chegasse em segurança no aeroporto para embarcar para Portugal, para depois vir ao Brasil, porque nesse caminho haviam terroristas. Se querem mesmo paz, devolvam os reféns, pois temos 130 reféns lá.

É muito importante falar na semana da mulher, pois estupraram mulheres. Você sabe o que está acontecendo agora, neste momento lá, grupo terrorista. Eu não falo na população palestina, que é usada como escudo. Não, eu falo no grupo terrorista Hamas, que usa crianças, que coloca cordas nas crianças para que essas crianças sejam bonecas e bonecos. Mulheres sofrem violência diuturnamente. O que os senhores acham que esse grupo terrorista Hamas quer, senão usar uma população civil inocente como escudo? Eu estive em Israel. Os grandes profissionais de Israel também são palestinos, árabes, juízes, médicos. Israel trabalha para salvar a humanidade através de descobertas científicas, tecnológicas, temos aqui em Porto Alegre o exemplo dos óculos que possibilita que pessoas que não enxergam consigam ler; o prefeito Melo comprou óculos para essas crianças. Ora, eu tenho aqui vários fatos, daria para escrever um livro: Crime Contra a Humanidade. Palestinos trabalham dentro de Israel e sempre foram bem recebidos, eles têm o seu papel; a guerra é de grupos terroristas, que querem destruir Israel. Agora, se querem paz, devolvam os 130 reféns que estão lá, essa é a única maneira de conquistarmos a paz neste momento. Obrigada.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente, Ver.^a Fernanda Barth, em nome de V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que

nos assiste nas galerias, em especial aqui os nossos produtores rurais, sejam muito bem-vindos, a causa de vocês é uma causa nobre.

Quero fazer aqui uma saudação também à TVCâmara, em especial ao Ver. João Bosco Vaz, meu colega de bancada – falo em nome da bancada do PDT. Quero dizer que já destinei uma emenda ao sindicato rural, aquela estufa que está lá é proveniente de uma emenda de minha autoria. A gente vem acompanhando a luta de vocês, contem conosco, é muito importante. Porto Alegre possui uma produção primária que está entre as três principais capitais do Brasil, e a gente sabe o quão importante e o quão relevante é a geração de emprego e renda nesse setor, fica aqui o nosso reconhecimento.

Eu quero, em especial aqui, mandar um abraço fraterno ao nosso vice-presidente, o Bertaco, que tem sido também um protagonista das causas nobres da cidade e foi eleito conselheiro do Plano Diretor, aliás, foi o delegado mais votado da região 6. Então, realmente, é uma pessoa que também tem um compromisso com a produção rural em nossa cidade, fica aí também o nosso reconhecimento, não é, Bosco? O Antônio Bertaco, que foi presidente da Ceasa no governo Colares, tem sido uma pessoa que tem auxiliado muito nessa área, Porto Alegre.

Quero, também, fazer referência a um trabalho que só tem sido possível porque esta Casa teve a coragem de implementar as emendas impositivas e fazer com que os vereadores pudessem dar a sua contribuição também com relação às nobres causas da cidade: as agremiações, as associações, as escolas, os postos de saúde, os hospitais, enfim. Então, hoje, uma parcela dos recursos do orçamento foi democratizada, uma política pública que se estabelece a partir da participação do Legislativo na destinação de recursos públicos em nossa cidade.

Eu quero destacar que venho fazendo um trabalho de entrega simbólica dos cheques das emendas para as entidades; queria destacar que essa semana estive lá na Unidade de Saúde São Vicente Martir, na Vila São Vicente Martir, ali no caso é uma parceria com o Hospital Vila Nova. Também na mesma região tenho feito as entregas dos recursos por região, na Unidade Básica de Saúde Calábria – são dois postos de saúde gerenciados pelo Hospital Vila Nova. A gente sabe que hoje o Divina Providência, a Santa Casa e o Vila Nova é que têm feito a gestão dos postos de saúde, mas me pareceu que o trabalho tem sido feito de maneira a contento da sociedade, porque várias lideranças que nos acompanharam endossaram ali. A gente vê que realmente é um trabalho diferenciado que vem sendo feito em favor da saúde da nossa capital.

Destaco também aqui que tenho priorizado a destinação dos recursos do nosso mandato para a saúde e para a educação também. Então, destinei emenda também para a Sociedade União Vila dos Eucaliptos – meu abraço lá para a conselheira Nara, região do Rubem Berta; também para uma escolinha de educação infantil, bem como a escolinha Portal da Esperança, lá na Quinta do Portal, na Lomba do Pinheiro, que é administrada pela Carmem, nossa parceira também, que está com uma obra de expansão, que vai permitir o acolhimento de mais 100 crianças naquela comunidade, que é uma comunidade carente. A gente sabe que a Zona Leste da cidade, Ver. Pedro Ruas, é uma zona que carece de equipamentos públicos de uso coletivo.

Para concluir, Presidente, quero dizer que a gente vem trabalhando e caminhando em favor de um diálogo com o futuro da cidade e oportunidades para as nossas crianças, pela melhoria da qualidade da saúde em Porto Alegre, dando a nossa contribuição também através dessas emendas impositivas.

Quero também saudar as vereadoras que assumem aqui por conta do Dia Internacional da Mulher, que ocorre agora dia 8, sexta-feira, o nosso abraço também às mulheres, à luta das mulheres no combate ao feminicídio, à igualdade de oportunidades. Não poderia deixar de fazer um registro nesse sentido na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março.

Pela atenção, muito obrigado e pela parceria, hoje falando em nome do nosso partido, o PDT, em nome da liderança do nosso partido, ao Ver. João Bosco Vaz que compõe a bancada conosco. E mais uma vez uma saudação muito especial aos nossos produtores e produtoras rurais, que hoje com as suas presenças aqui, abrilhantam a nossa sessão. Muito obrigado.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Prezada Fernanda, presidindo os trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores. Posso garantir, em nome da oposição, eu falo em nome do PT, do PSOL, do PCdoB, que o governo federal, do Presidente Lula, garantiu R\$ 1 bilhão para o programa de aquisição de alimentos. Qualquer questão, se necessitarem, nós vamos com os senhores e as senhoras falar com a representação da Conab, responsável pelo Programa de Aquisição de Alimentos; V. Exas. sabem que podem contar sempre comigo nessas relações. O Plano Safra, Comassetto, é o maior recurso já aportado em toda a história do Brasil. Falar do agronegócio, eu posso falar. Ver. Tiago, eu dirigi a 37ª Expointer, em 2014, foi proporcionalmente a Expointer que mais vendeu. Eu conversei com todo o agronegócio, conheço o agronegócio a partir disso, bastante, não há preconceitos, nós queremos é produção e sempre vamos lutar por uma produção que não seja monopolista, que seja diversificada, porque o Rio Grande do Sul tem esse potencial por ter vários microclimas. Dito isso, nós estamos na defesa de comida para o povo brasileiro, é só verificar o Programa de Aquisição de Alimentos, a riqueza do que vem para as pessoas pobres de periferia.

Agora, esta semana, nós vimos os dados do TCU, no dia que o TCU mostrou que mais de cinco mil bandidos, marginais, condenados, milicianos, receberam licença do Exército Brasileiro para ter armas. Viram este caso de São Paulo? O sujeito tinha sessenta e poucas armas dentro de casa, granada... Gente do bem, do bem mal. Isso ninguém falou aqui, mas usaram a tribuna para falar de um livro, e vou falar do livro. Hoje a Rádio Gaúcha entrevistou a professora; ela conheceu o livro sexta-feira, ela não leu todo o livro, é óbvio. Eu disse aqui na segunda-feira que quem fala do jeito que fala do Avesso da Pele, do Jeferson Tenório, morador de Porto Alegre, professor da UFRGS, grande escritor, daqui a 200 anos as pessoas vão estar lendo ele como a 400 anos, a 300

anos vão estar lendo Jorge Amado e Machado de Assis. Tira uma frase fora do contexto, mas o livro dele é pujante, é o livro que fala do racismo estrutural, tem que ler o livro. Quem não tiver, eu empresto, eu empresto, mas tem que ler o livro antes de falar. Falam tanta besteira, mostra a ignorância, a escumalha intelectual de quem critica e quer censurar livros em Porto Alegre e no Brasil.

Outra coisa, o pessoal vem aqui falar dos governos, mas ninguém veio aqui para falar dos 2,9% de aumento do PIB, Ver. Pedro Ruas, 2,9% de aumento do PIB no Brasil. Agora tem gente: “Não, cuidado, se crescer demais pode virar a China”. Gente, R\$ 11 trilhões, o Brasil está crescendo, dando empregos, chorar por quê? Chorar pelo atraso, pelas armas na mão da bandidada, é isso o que essas pessoas querem? Censura, queimar livros como na época de Hitler? Não, claro que não. E, como bem colocou o Ver. Pedro Ruas antes aqui, nós temos que serenamente discutir os problemas da humanidade, a nossa Carta Constitucional fala em dignidade da pessoa humana. Nós estivemos em todos os fóruns internacionais, hoje Lula está se mostrando uma liderança internacional incontestada, e, nesse sentido, nós nos somamos a todos aqueles que bradam pelo mundo afora nas passeatas, levantando cartazes; esse cartaz eu quero levantar: Cessar-fogo já! Cessar-fogo já! Nós queremos a paz mundial. É por isso que nós estamos aqui, é por isso que nós lutamos por Porto Alegre e pelo Rio Grande do Sul, pelo Brasil e pela paz no mundo. Obrigado.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0048/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui arts. 11-A e 11-B na Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, vedando o emprego de práticas de arquitetura hostil em espaços livres de uso público; e determina prazo para retirada de itens dessa arquitetura. **(SEI 161.00046/2024-34)**

PROC. Nº 0056/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui inciso XXXV no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, concedendo direito à isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do estabelecimento ao proprietário de imóvel que ceder funcionário contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para trabalho voluntário na restauração e mitigação de danos e sinistros decorrentes de eventos e desastres naturais. **(SEI 220.00038/2024-18)**

PROC. Nº 0059/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 003/24, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui inc. IV no art. 73 da Lei

Complementar nº 992, de 7 de novembro de 2023, priorizando a tramitação do processo administrativo das pessoas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) relativo à supressão, à poda, ao manejo ou ao transplante de vegetais arbóreos ou arbustivos, desde que constatada situação de risco iminente à vida humana ou à propriedade. (SEI 034.00028/2024-07)

PROC. Nº 1135/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 661/23, de autoria da Ver^a Aline Kerber, que institui o fornecimento gratuito de protetor auricular para crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da Rede Municipal de Ensino e nas instituições escolares privadas localizadas no Município de Porto Alegre. (SEI 272.00001/2023-59)

PROC. Nº 0011/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que inclui a efeméride Julho Faixa Preta – Mês de Conscientização e de Popularização das Artes Marciais – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, no mês de julho. (SEI 165.00004/2024-08)

PROC. Nº 0046/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/24, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que altera o art. 5º da Lei nº 12.509, de 30 de janeiro de 2019, modificando os prazos das penalidades aplicadas em casos de irregularidades na utilização do benefício da isenção tarifária do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre. (SEI 020.00012/2024-08)

PROC. Nº 0047/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/24, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Maria Inês dos Santos Lopes o logradouro público não cadastrado conhecido como Ac. Dez – Chácara da fumaça III –, localizado no Bairro Mário Quintana. (SEI 215.00007/2024-64)

PROC. Nº 0084/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Programa Censo de Inclusão da Pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). (SEI 024.00048/2024-80)

PROC. Nº 0088/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia das Falanges de seu Zé Pilintra no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de março. (SEI 024.00049/2024-24)

PROC. Nº 0102/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 051/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rótula Telmo José da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil Trezentos e Onze, localizado no Bairro Anchieta. (SEI 138.00008/2024-13)

PROC. Nº 0109/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 057/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua Pedro Blau Sobrinho o logradouro público conhecido como Rua A – VI. Parque Jardim, localizado no Bairro Extrema. (SEI 161.00057/2024-14)

PROC. Nº 0110/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 058/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua Geci da Silva o logradouro público conhecido como Rua C – VI. Parque Jardim, localizado no Bairro Extrema.

(SEI 161.00058/2024-69)

PROC. Nº 0112/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 059/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Walmor Paulo Sauter o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Mil e Quarenta, localizado no Bairro Floresta. **(SEI 138.00013/2024-18)**

PROC. Nº 0096/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede a Comenda Porto do Sol à Igreja Pentecostal Assembleia de Deus – Ministério Restauração. **(SEI 145.00027/2024-24)**

PROC. Nº 0098/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/24, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede a Comenda Porto do Sol à senhora Bianca Adélia Bronzatto Moser. **(SEI 023.00007/2024-94)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1219/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 696/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que altera a ementa, o art. 1º, o inc. II e as als. *c* e *d* do inc. III do art. 3º; e inclui parágrafo único no *caput* do art. 6º e art. 9º-A, todos na Lei nº 10.996, de 7 de dezembro de 2010 – que institui o Vou à Escola, programa municipal que objetiva garantir transporte escolar gratuito aos alunos das escolas públicas municipais, estaduais ou federais de ensino fundamental ou de ensino médio, cria a comissão coordenadora do vou à escola e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo no programa os alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dando outras providências. **(SEI 210.00647/2023-98)**

PROC. Nº 1327/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 755/23, de autoria do Ver. José Freitas, que declara de utilidade pública a Associação Missionaria SOS – Resgatando Vidas. **(SEI 034.00529/2023-02)**

PROC. Nº 1338/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 762/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Vila Flores – ACVF. **(SEI 032.00051/2023-12)**

PROC. Nº 0016/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que cria o Programa Permanente de Inspeção de Pontes, Viadutos, Marquises e Passarelas de Pedestres. **(SEI 165.00005/2024-44)**

PROC. Nº 0023/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/24, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Carlos Alberto Zanella. **(SEI 144.00002/2024-21)**

PROC. Nº 0044/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/24, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que declara de utilidade pública a Associação Coletivo Autônomo Morro da Cruz. **(SEI 032.00004/2024-41)**

PROC. Nº 0103/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 052/24, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que denomina Alameda Helio Neumann Sant'Ana o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Um da Rua Curupaiti, localizado no Bairro Cristal.

(SEI 197.00009/2024-09)

PROC. Nº 0108/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/24, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Rua da Caverna o logradouro público conhecido como Beco Três – Bc. dos Sargentos –, localizado no Bairro Pitinga. (SEI 161.00056/2024-70)

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (Republicanos): Obrigado, Presidente Fernanda Barth, vereadores, vereadoras e público que nos acompanha aqui nas galerias e pela TVCâmara. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência deste Legislativo, eu recebo no meu gabinete diversas questões relacionadas ao transporte público de pessoas com deficiência aqui de Porto Alegre. Sabemos do grande martírio das pessoas com deficiência, inclusive temos ali o Sr. Nelson Kalil, que é um testemunho vivo e ocular disso.

A primeira delas é com relação à questão da acessibilidade nos ônibus aqui na cidade. Hoje a gente tem, sim, uma frota de ônibus acessível, mas infelizmente as empresas de ônibus não estão verificando a manutenção, a inspeção dos elevadores para pessoas usuárias de cadeira de rodas. Muitos ônibus estão rodando pela cidade com os elevadores estragados. Agora imagina a pessoa ficar esperando, senhores vereadores, senhoras vereadoras e público que nos assiste, vai entrar no seu ônibus, o elevador está estragado e ele tem que esperar mais uma hora, uma hora e meia ou às vezes até mais ali na parada.

Segundo o [Código de Trânsito Brasileiro, art. 230, inciso IX](#), conduzir o veículo sem equipamento obrigatório ou estando este ineficiente ou inoperante, deve ser aplicada multa grave. Se nós somos multados quando fazemos alguma coisa errada no trânsito, nossas empresas de ônibus não podem ficar de fora. Então, eu peço para que a EPTC faça a fiscalização de forma ostensiva e permanente, e que os dados da aplicação das multas sejam divulgados para que possamos ter conhecimento.

A segunda questão que eu gostaria de compartilhar é sobre o bloqueio de forma equivocada, instantânea, com relação ao passe livre das pessoas com deficiência, em especial pessoas com autismo. A gente sabe que as pessoas com autismo se desregulam, não conseguem muitas das vezes ficar num ambiente que tem muitas pessoas, e no caso do transporte público aqui de Porto Alegre tem a questão da roleta; às vezes os ônibus estão muito cheios e a família ou responsável por aquela criança autista não consegue passar a roleta e ela acaba ficando na parte da frente do ônibus. Temos relatos das famílias tendo o seu Tri PCD bloqueado pelo simples fato de a mãe mostrar a carteirinha para o cobrador ou para o motorista, apenas um gesto para informar que o seu filho ou a sua filha tem o direito de andar com a criança de forma gratuita no transporte público e o sistema da ATP bloqueia de forma indevida, sem ao menos que as famílias

sejam ouvidas. Então, nós queremos pedir para a EPTC ter um olhar para essas famílias, Presidente, que, muitas vezes, sofrem.

A propósito, senhores, eu apresentei um projeto que está na 1ª sessão de Pauta de hoje, o [PLL nº 026/24](#), que visa alterar os prazos de suspensão e cassação do Tri, nesses casos inclusive com a oportunidade do contraditório e da ampla defesa prévios em qualquer hipótese descumpridos.

E, para finalizar, o terceiro item que eu quero compartilhar é a questão do [Decreto nº 21.406, de 2022](#), art. 8º, inc. VI, que regulamenta a Lei nº 12.944, de 2021, que disponibiliza 60 passagens gratuitas para as pessoas beneficiárias e seus acompanhantes. Obrigado, nobres vereadores, que Deus abençoe a todos.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Enfermeira Tatiane Bernardes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA ENFERMEIRA TATIANE BERNARDES (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, eu subo aqui hoje na tribuna porque eu entendo que, antes de nós trazermos projetos novos, a gente também tem que valorizar o que já tem em andamento na Casa. E eu, como mulher e como enfermeira representante da saúde, eu trago aqui um projeto indicativo em que eu sei que a Ver.^a Cláudia Araújo e a Ver.^a Comandante Nádia também já falaram aqui sobre navegação de pacientes – navegação de pacientes para mulheres que estão realizando os exames de mamografia.

O que eu trago aqui no meu projeto indicativo? Eu trago totalmente o meu olhar de quem vem da ponta, de quem vem de um posto de saúde, de quem tem essa experiência. Então, eu gostaria de ampliar o projeto, Sr. Presidente, não somente fazendo a navegação das mulheres que realizaram a mamografia e que deu o BI-RADS alterado com gravidade, mas também as mulheres que realizaram o Papanicolau e deu alteração de gravidade.

Hoje eu fiz uma análise: em 2023, Porto Alegre teve 323 casos de mulheres com alterações graves de câncer de útero, e dessas 323, 63 mulheres vieram a óbito. Quanto ao câncer de mama, em 2023 tivemos 523 casos e 236 mulheres vieram a óbito. Se o município de Porto Alegre conseguir organizar suas equipes de saúde, com profissionais qualificados que possam ficar dentro dos sistemas, navegando, não perder essa mulher de vista e acelerar o diagnóstico delas, nós vamos ter menos mulheres com metástase e muito menos mortes das nossas mulheres.

Então, Presidente, eu queria apenas dizer que eu protocolei esse indicativo de projeto para me somar às nossas outras vereadoras que já têm esse olhar para dentro da nossa saúde. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro; quero aqui cumprimentar os colegas vereadores e vereadoras, todos que nos assistem, e cumprimentar os meus vizinhos da zona rural – sejam bem-vindos. Quero dizer que tem vários projetos em Pauta hoje, mas eu vou comentar dois: um que dá a isenção para IPTU e outro que fala da arquitetura hostil.

Vou começar pela isenção do IPTU, porque esse projeto que está aqui é sobre a dívida que a Prefeitura de Porto Alegre tem com os produtores rurais que estão na zona urbana e que têm o direito à isenção total do IPTU, e a Prefeitura desmontou essa estrutura, não faz a fiscalização nas propriedades e lançou isso na dívida ativa. Tem muitos produtores rurais que estão na dívida ativa.

Eu vi aqui o secretário Cassio Trogildo! O Executivo tem que mandar para cá um projeto de isenção do IPTU, reconhecer que errou e mandar o perdão das dívidas ativas das propriedades rurais que estão sendo inviabilizadas por essa conta cobrada do IPTU. É ou não é uma realidade isso? É uma realidade, mas para a isenção do IPTU não pode ser vereador, tem que vir do Executivo.

Então, eu falo isso ao líder do governo, o Ver. Cecchim, e ao secretário Cassio Trogildo para que mandem para cá um projeto para proteger. Por outro lado, o seguinte: tem muitas atividades que foram abandonadas e entre elas os nossos criadores de suínos. Ali tem o parceiro que até hoje resiste, criando suínos –levanta a mão para que todos saibam. Mas tinha uma estrutura que coletava, que mapeava os restaurantes, centenas e centenas de toneladas de alimentos, que podem ser transformados em proteína, estão sendo jogadas no lixo, vão num transbordo daqui para lá, a 150 quilômetros daqui, para Minas do Leão. Então, isso não pode mais acontecer.

Diante disso, eu queria lembrar aqui também que a Prefeitura, se quer proteger a produção rural, tem que dar um jeito nas estradas, porque aquela patrôla passa lá, dá uma lambida em cima, e a primeira chuva que vem transforma tudo em buraco, e o saibro que tinha já foi para o espaço, não se coloca mais saibro. Então, diante desse processo todo, esses projetos que estão aqui hoje, Presidente, temos que olhar isso. Eu acredito claramente que a Prefeitura, o prefeito Sebastião Melo, porque é ele que está na Prefeitura, tem uma dívida com a produção primária de Porto Alegre. E eu quero dizer o seguinte, Adeli: é verdade, R\$ 1 bilhão para a compra direta do agricultor para o PAA. E falou aqui na piscicultura, até hoje tem os *freezers* lá distribuídos pelo então secretário Ivar Pavan para fazer a proteção da piscicultura, entre outros.

Também tem um projeto aqui que fala da arquitetura hostil, e eu queria me referir aqui, Ver.^a Cláudia, prezado deputado Carrion, que nos visita hoje, quero dizer aqui um abraço, a arquitetura hostil é aquela que está sendo praticada. Tentem entrar ali no Cais do Porto, no Embarcadero, Ver. Adeli, às 10h, para ver se conseguem entrar no Cais do Porto. Bom, e que tomou conta daquela parte do Cais sem licitação. Como é que o Embarcadero toma conta de uma parte do Cais sem licitação? E vereadores vão lá fazer festa nos restaurantes do Embarcadero. Como é que pode isso? Eu creio que a justiça tem que olhar isso de perto. Arquitetura hostil é tirar a luz, é tirar a ventilação, é construir para

além do que a arquitetura da cidade suporta. Arquitetura hostil, Presidente, são as vilas irregulares que se instalam lá na zona rural, e ninguém fiscaliza e ninguém proíbe, e que poluem as águas da produção. Fernanda, isso é arquitetura hostil. Nós temos que trazer esses temas aqui para o debate.

Eu queria concluir aqui dizendo novamente ao secretário Cassio Trogildo: temos que pagar essa dívida com a produção rural. As suas propriedades estão entrando em leilão porque estão inscritos na dívida ativa pela Prefeitura, porque não foi fiscalizado e garantido o direito que eles têm de isenção territorial. É um projeto que o Executivo tem que mandar para cá. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Quero fazer o registro da presença do vereador e deputado estadual Carrion, seja sempre bem-vindo a esta Casa.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, é importante que a gente debata a inclusão real, e aqui há um projeto que está em tramitação que prevê protetor auricular para crianças diagnosticadas com TEA, que é o transtorno do espectro autista, no âmbito da rede municipal. É fundamental que a gente possa garantir que todas as pessoas tenham qualidade na frequência à escola e na produção do conhecimento, porque devemos separar a democratização do acesso à educação em dois níveis.

O primeiro acesso à educação é a matrícula, democratizando o acesso via matrícula, matrícula para todo mundo, capacidade de a escola incluir. Mas o grande desafio do Brasil inteiro ainda é a democratização do acesso à aprendizagem. Aí estamos falando de acesso real ao conhecimento, porque não basta estar na escola; a escola tem que ter condições para que todos, no mesmo patamar, possam desenvolver o conhecimento. E aí nós estamos falando de desenvolvimento humano, e cada um de nós, cada uma tem um jeito, uma forma, uma construção peculiar de apreender da realidade informações que são dados, são conteúdos, são aquilo que nos coloca em relação com o mundo, mas isso precisa ser transformado em conhecimento. Daí, então, a garantia do direito à aprendizagem de fato, que se faz olhando para as individualidades dos alunos. Ou seja, como que eu garanto que, numa turma de 25 alunos, todos possam aprender com qualidade? Não são todos que aprendem tudo ao mesmo tempo. A escola pública quer homogeneizar, mas não há como fazer isso diante de toda a diversidade e das capacidades dos indivíduos em produzirem conhecimento. A humanidade, como vocês bem sabem, avançou ao longo de milhares de anos na produção do quê? De ciência, cultura e tecnologia. Qual é o desafio da escola pública de fato? É democratizar para todas e todos. Então, esse é o nosso grande desafio, não só como Município, mas como Brasil, como um País, como um País que ainda não inclui, realmente, todos na educação.

Nós temos hoje fila de alunos, por exemplo, na rede, para serem atendidos pela SIR, faltam professores de SIR – isso precisa ser resolvido. Embora a nossa rede municipal... E aqui quero bater palmas a todas as professoras, monitoras que fazem o

trabalho de inclusão, um trabalho fundamental, pessoas que se dedicaram, fizeram especialização na educação especial, sabem o que estão fazendo. A nossa rede é a rede que mais inclui, isso é um orgulho enorme para a nossa cidade e para todas e todos. Se vocês que estão aqui não sabem, vocês que nos ouvem, nos prestigiam, acompanhando os trabalhos da Câmara, saibam que as 99 escolas da rede municipal têm professoras concursadas, monitoras que estão no dia a dia fazendo o trabalho de inclusão, mas a gente precisa avançar na legislação.

Por isso que este projeto terá o meu apoio e não há desenvolvimento social, econômico sem que a gente garanta que a criança lá na escola vá aprender, ela precisa não só estar na escola. Portanto, não basta entrar pela porta da escola; é preciso lá dentro permanecer, construir conhecimento, garantir a aprendizagem, que deve ser feita com qualidade. Parabéns à escola pública! Parabéns a todas as profissionais da educação! Vamos avançar, porque quando a gente aprovar este projeto do protetor auricular para as pessoas que precisam, vai ser mais um avanço para que o ambiente escolar seja, de fato, para todos. Ele ainda não é, mas nós vamos chegar lá, nós vamos perseguir; essa linha é coletiva e vamos contar com todo mundo. Um grande abraço e sigamos com a nossa sessão.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente Mauro Pinheiro, gostaria de informar e convidar a todos os colegas vereadores e colegas vereadoras para, no dia 11, se fazerem presentes para a posse da nova procuradora da Procuradoria Especial da Mulher. A Ver.^a Lourdes, minha vice, e eu, procuradora, estaremos passando o comando para a Ver.^a Biga Pereira como procuradora, e para a Ver.^a Cláudia, vice-procuradora, de comum acordo com todas as mulheres que estão neste plenário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Parabéns às vereadoras Abigail e Cláudia, que assumem; e parabéns também às vereadoras Mônica e Lourdes por terem conduzido tão bem a nossa Procuradoria no ano de 2023. E o mesmo sucesso a gente deseja para as duas vereadoras que estão assumindo. E vejam que acompanhei a prestação de contas da Ver. Mônica, que foi maravilhosa. Parabéns, mais uma vez, Ver.^a Mônica, Ver.^a Lourdes.

Vereadora Mônica Leal (PP): Todas nós, aqui, estamos cumprindo o acordo. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito bem. Parabéns a todas. Semana da Mulher, decidido então na data certa. (Palmas.)

Está encerrado o período de Pauta.

(15h57min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Coletivo Cuca Congo (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº 028/24 seja a terceira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação, o requerimento de autoria da Ver.^a Coletivo Cuca Congo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0916/23 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 543/23, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que declara como patrimônio histórico e cultural do Município de Porto Alegre o imóvel localizado na Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas, 135, Bairro Bela Vista – Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Maria Thereza da Silveira. **(SEI 207.00030/2023-86)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;

- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 01-03-24 (sexta-feira).

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 543/23](#), com Veto Total. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra pela TVCâmara e pessoalmente aqui. Este projeto, eu peço que os meus colegas vejam atentamente do que se trata. Não é uma discussão de propriedade, não é uma discussão sobre mudança de linha de educação. Isso aqui, Ver. Engº Comassetto, que perguntou há pouco, é um projeto de tombamento, simplesmente um tombamento. Por quê? Essa escola, Ver. João Bosco Vaz, é a última “brizoleta” inteira em Porto Alegre. Das famosas escolas feitas pelo governador Brizola,

essa é a última. E é uma escola que está perfeita, ela foi refeita, inclusive, e está perfeita. Cada sala tem, Ver. Robaina, ar-condicionado, todas as salas têm. A escola é irretocável.

Eu falei antes com o Ver. Cecchim, falei com o secretário Cassio Trogildo. Hoje, falei com o prefeito, ele me ligou. É bom que o Ver. Idenir saiba disso, estou dizendo aqui publicamente que ele me ligou, ele disse ao Ver. Adeli que tinha tentado falar comigo e não tinha conseguido, eu falei com ele. Mas o prefeito coloca um tema, coloca um dado, coloca um fundamento que, com todo o respeito, é impossível de ser aceito. O prefeito diz: “Eu não posso permitir o tombamento de uma escola estadual.” Não, não há... Isso já tem decisão do STJ, tem decisão do Supremo. Eu tenho aqui as decisões, estão aqui no plenário as decisões. O Supremo decidiu, o STJ decidiu, eu trabalhei no tombamento, Ver. Adeli Sell, daquelas casas em frente ao Shopping Moinhos de Vento. Eu trabalhei em vários tombamentos de outras esferas, tanto na área privada, quanto federal, quanto estadual. Do Estado também, tombamentos de áreas municipais em todo o Estado, quando fui deputado. Não há esse impedimento, não existe esse impedimento e tem a decisão ali. Está ali o STJ, está ali o Supremo. É o tombamento, é manter a escola. Manter, aquela escola está mantida. Claro que isso é em favor da educação, não é por nada, Ver. Márcio Bins Ely, que o Dr. Brizola fez essa escola. E eu quero dizer mais: é uma escola cheia de simbolismos. Em 1982, quando eu concorri a vereador pela primeira vez, eu tinha 26 anos, a diretora dessa escola tinha 26 anos também, ela morreu dentro dessa escola, naquele ano, de um AVC – com 26 anos. Aí a escola mudou de nome, Ver.^a Polaca Rocha, passou a ter o nome dela, por isso que é Maria Thereza da Silveira, é o nome da diretora que faleceu lá dentro, trabalhando, uma trabalhadora da educação. Tem mais esse simbolismo. Naquele local, eu estive várias vezes, desde o ano de 2016 eu vou ali. Todo o bairro quer a escola ali. Naquela escola municipal estudam os filhos das empregadas domésticas que trabalham no bairro Bela Vista, os filhos dos zeladores, os filhos dos guardadores de carro, os filhos de todas as pessoas, porque se não ficariam longe. Então, é claro que há um sentido de preservação quando se fala em tombamento. O fundamento existe, a Prefeitura não nega, a Prefeitura discute o fato de a escola ser estadual, isso é irrelevante, porque não se discute a propriedade, não está se tomando a escola do Estado; e se quisesse tomar, o Estado daria; o Estado daria, porque eu falei por telefone com o vice-governador Gabriel Souza, e ele disse assim: “Olha, se quiserem até damos a escola.” Eu não posso falar por ele aqui, mas se algum jornalista ligar para ele, vai dizer a mesma coisa. Então, para nós, o exame desse veto, eu sei que é uma questão delicada, há o compromisso de ser governo, de não ser, enfim. Agora, o projeto é singelo, é meramente um tombamento, não muda nada além de preservar a escola, que é, repito, a última “brizoleta” de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 543/23, com Veto Total.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Meu caro Presidente Mauro, faço questão de fazer esse debate aqui. Na segunda feira, encontrei aqui o pessoal do nosso

Epahc, do nosso escritório de Porto Alegre – vejo lá a Juliana, que está acompanhando aqui a nossa sessão. Em primeiro lugar, saudar os funcionários, os servidores, da Prefeitura Municipal que zelam pelo patrimônio histórico e cultural da nossa cidade. Nós precisamos, sim, desses profissionais para tratar dessas questões. O Ver. Pedro Ruas acertou, foi muito assertivo na sua defesa de que não importa a titularidade do espaço a ser tombado; a titularidade pode ser local, estadual ou federal; eu diria mais: há aquele conceito de tombamento imaterial também, porque no tombamento imaterial, você não tem a localização física necessariamente, é algo muito mais etéreo, muito mais volátil; no entanto, existe, e a gente faz, ou o tombamento imaterial, como é de tradição aqui no Rio Grande do Sul... Soube, recentemente, num debate que eu fiz com um estudante de patrimônio histórico cultural da USP de São Paulo, que eles utilizam outras terminologias em outros lugares, mas, do que eu tenho estudado, do que tenho verificado, aqui o comum é o tombamento. Se vocês entrarem no *site* da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, vão encontrar um rol muito grande de espaços tombados, especialmente aqui no Centro Histórico de Porto Alegre. Entre eles, há tombamentos variados, bem variados. A gente pode discutir, às vezes, o tipo de tombamento; não é em todo prédio antigo que se faz tombamento, ele tem que ter uma simbologia, tem que ter uma história. No caso das “brizoletas” é evidente, não precisa falar com nenhum brizolista, nenhum militante do PDT atual, mas todo mundo sabe a simbologia das “brizoletas” no desenvolvimento do ensino e aprendizagem no Rio Grande do Sul. De fato, o Ver. Ruas tem razão, há muito poucas preservadas. No Noroeste do Estado, quem passar por Sarandi, Barra Funda é um município ao lado, e tem uma “brizoleta” incrivelmente preservada; chama a atenção, até botaram uma placa dizendo “brizoleta” para que as pessoas saibam o que é. E a gente tem um debate aqui com a Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre que fluiu bastante bem sobre os locais de memória, que também é uma espécie de tombamento – não é um tombamento –, mas é a colocação de uma placa. Nesse momento, a gente está discutindo, e o pessoal lá da Secretaria já concordou, na Rua Lopo Gonçalves, onde morou o pianista Armando Amorim Albuquerque, que foi professor do Instituto de Artes aqui da UFRGS... Em 1955, Robaina, quem tocava Salve Tarde, como maestro? O criador da bossa nova, João Gilberto, que morou sete meses no Hotel Majestic, bancado pelo seu amigo Luiz Telles; ele ficou sete meses aqui e todo sábado ia lá tocar com o maestro Albuquerque. Está praticamente encaminhado, vai ter uma placa; não se trata de um tombamento do lugar, porque essa casa, eu não me lembro ao certo se está tombada ou se é de estruturação, porque ali tem aquele casario todo e várias questões patrimoniais já garantidas, alguns tombamentos, inclusive. Então, é essa a questão que está colocada. Nesse sentido, eu sou obrigado a me somar à posição do Ver. Pedro Ruas e dizer, de forma muito respeitosa aos profissionais da arquitetura, do patrimônio histórico cultural de Porto Alegre, que nesse ponto o Pedro Ruas tem toda a razão, e o meu voto vai nesse sentido da preservação do tombamento, independentemente da titularidade do espaço a ser tombado. Muito obrigado.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, eu só gostaria de trazer uma informação com relação ao fato que nós estamos falando, como liderança do governo, o Ver. Pedro Ruas diz que se pode tombar, baseado numa decisão, ele defende uma decisão, uma jurisprudência. Mas que é um tombamento provisório, é uma lei de declaratória. O governo do Estado, quando consultado, ele se manifestou contrário ao tombamento, tendo em vista que estaria impondo ao Estado obrigações e também que geraria custo a partir de uma lei municipal e não estadual. Não passou por uma análise técnica que justifique este tombamento; não foi oportunizado ao Estado se manifestar publicamente, previsto pela legislação do tombamento. O prefeito, entendendo a demanda, solicitou ao governador que se abra um expediente para se fazer uma análise desse tombamento. A jurisprudência que o vereador usa para defender a lei diz que a lei não tem eficácia, ela dependeria de um ato posterior do Executivo. Então, imagine-se que, sem estudo técnico, qualquer vereador decida tombar algum prédio, seria inadmissível. Então, eu peço aos meus colegas vereadores que nós possamos manter o veto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Eu vou considerar a sua fala, Ver.^a Cláudia Araújo, como tempo de discussão.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Foi uma discussão, Ver.^a Cláudia Araújo, eu digo com o maior respeito, Presidente, que foi aqui utilizado como questão de ordem. Eu tenho aqui os acórdãos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal; e eu quero dizer que esta Casa aprovou, e não é nenhuma crítica nesse sentido, o tombamento da Banda da Brigada Militar com o voto de Vossa Excelência. A Banda da Brigada Militar, que eu saiba a Brigada é do Estado, com o voto de V. Exa., não há nenhum problema nisso, não há nenhum problema contra a Banda, agora, a Banda é do Estado, Ver. João Bosco. Então eu queria só registrar aqui que esses acórdãos autorizam. Obrigado.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Só para justificar o Ver. Pedro Ruas que a gente está falando de um bem imaterial e não material, são coisas diferentes. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL n° 543/23, com Veto Total.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; senhoras e senhores. Em especial, quero fazer uma saudação ao Renato Gross, nosso vereador suplente do PDT de Viamão, bem-vindo, os irmãos Gross, rodoviários da causa do trabalhador, têm o nosso respeito, obrigado pela presença.

Quero aqui, em meu nome e em nome do Ver. João Bosco Vaz, também nos manifestarmos a respeito do tombamento desta “brizoleta”. Eu acho que ela tem um valor

histórico e simbólico importante, pois representa a manutenção de um prédio que simboliza as seis mil escolas que foram construídas no governo Leonel Brizola, no Estado do Rio Grande do Sul. Eu queria contextualizar aqui, até fazendo um diálogo com a nossa vereadora, vice-líder do governo. Como é que um técnico da Secretaria Municipal da Cultura, num canetaço, tomba um bairro inteiro de Porto Alegre e diz que todas as casas do bairro Petrópolis são patrimônio cultural edificado da cidade? Que não se pode construir um prédio no bairro Petrópolis, mal comparando, não é, vereador?

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Mas se está inventariado, está tombado, não pode construir, e isso aqui é um tombamento histórico, é um tombamento, eu diria assim... É claro que nós não vamos permitir, num debate de revisão de Plano Diretor, onde se vai fazer uma análise mais profunda das áreas de ambiência cultural, das áreas de interesse cultural, nós não vamos permitir que a cidade construa um prédio do lado da Usina do Gasômetro, nós não vamos ofuscar com uma construção o Mercado Público, mas o tombamento de uma escola ou de um prédio que tem um simbolismo, mesmo que seja do governo do Estado, se o prédio está em Porto Alegre, porque nós não podemos tomar esse prédio como um patrimônio cultural edificado? Ele não representa a história do Rio Grande do Sul sob esse aspecto? Eu percebo, no que diz respeito a um estudo técnico, edificações que não têm nenhum simbolismo histórico estão tombadas ou listadas, estão preservadas no que diz respeito ao patrimônio cultural edificado de um bairro inteiro como o bairro Petrópolis, e não se consegue vencer esse debate nem com legislação própria aprovada nesta Casa. Daí, quando vem um tombamento de uma escola, uma “brizoleta”, que representa um capítulo da história da educação no Rio Grande do Sul, e nós sabemos que a única ferramenta que pode libertar um povo é o conhecimento, e isso se dá através da educação, aí nós temos um monte de argumento ali para dizer que não pode. Não, acho que pode. Então, nós queremos fazer aqui esse debate em nome do nosso partido, em meu nome e em nome do Ver. João Bosco Vaz, estaremos acompanhando a iniciativa do Ver. Pedro Ruas, derrubando o veto para que nós possamos, sim, tomar aquele prédio ali, e que possa, então, fazer parte do nosso patrimônio cultural edificado da cidade aquela “brizoleta”. Então, é nesse sentido o nosso encaminhamento. Como eu disse aqui, nós já vivemos várias contradições, como o Ver. Pedro Ruas trouxe aqui, a questão do tombamento da Banda da Brigada, entre outras situações que envolvem outros tombamentos mais pontuais ou mais específicos, mas temos um bem genérico, que é a listagem e o tombamento de um bairro inteiro de Porto Alegre. Então, acho que não poderemos nos furtar aqui de fazer essa homenagem a Leonel Brizola. E vamos acompanhar o Ver. Pedro Ruas em sua iniciativa, trabalhando pela derrubada do veto e o tombamento da “brizoleta”. Então, fica aí a contribuição do nosso partido, do PDT, com o debate, em meu nome, em nome do Ver. João Bosco Vaz. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 543/23, com Veto Total.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores e vereadoras, eu vou usar a tribuna, na verdade, para apelar para que o governo tenha sensatez, porque não tem nenhum motivo para rejeitar o projeto que foi aprovado pela Câmara. Este projeto foi aprovado... não é que ele não tenha sido aprovado, o plenário debateu e aprovou, a imprensa inclusive enalteceu a decisão da Câmara. Aí o prefeito faz um veto, e esse veto, nós já estamos demonstrando, ele não tem fundamento. Nós temos aqui... a bancada de vereadores do governo tem advogados, nós temos aqui as decisões, que são decisões que provam a legalidade do projeto, decisões do Supremo Tribunal Federal – não é qualquer decisão, é do Supremo Tribunal Federal. Então, isso, juridicamente, está totalmente desmontada a ideia de que não pode. E mais: o Ver. Pedro Ruas acabou de apontar, e o Ver. Márcio Bins Ely acabou de reforçar, que esta mesma Câmara aprovou a mesma atitude em relação à Banda da Brigada Militar, que é do Estado; e por que vai rejeitar uma “brizoleta”? Então, a Ver.^a Cláudia, que eu acho que é vice-líder do governo, pelo menos deveria responder, porque ela usou esse argumento de que não pode porque é estadual, ela deveria vir à tribuna responder por que ela votou na Banda da Brigada. Quer dizer que a Banda da Brigada pode e uma “brizoleta” não? É algo específico contra a educação? Contra a história do Brizola? Contra a história da educação no Rio Grande do Sul? Então, eu acho que a Ver.^a Cláudia pelo menos deveria argumentar, deveria usar a tribuna novamente. Ela usou o microfone de apartes para supostamente esclarecer à sociedade, mas não esclareceu nada, porque alegou uma legislação que nós já demonstramos que não é verdadeira, nós temos a base legal para rejeitar o veto, a Câmara de Vereadores tinha razão em aprovar o projeto, a imprensa tinha razão em enaltecer, e eu acho, Ver. Pedro Ruas, que amanhã, se a Câmara de Vereadores aceitar esse veto do prefeito, amanhã nós vamos ter as notícias dos jornais mostrando que a Câmara dos Vereadores aceita tudo! Quando vem do Executivo, aceita tudo, mesmo que o Executivo não tenha a base legal para fazer os seus vetos. Eu me espantei que a vice-líder do governo veio usar a tribuna e dizer que não pode, porque a escola seria da alçada do Estado, e ela mesma foi uma das oradoras a defender que para a Banda da Brigada Militar pode. Essa ideia de aceitar o tombamento da Banda da Brigada e não aceitar de uma “brizoleta” me parece um preconceito contra a educação, contra a história da educação no Rio Grande do Sul. Eu espero que a bancada do governo, que a base do governo não cometa esse gravíssimo erro, até porque eu estou vendo que tem vereadores da base do governo que são sensíveis à educação; eu não acredito que, com a sensibilidade que eles têm, eles vão aceitar um veto que não tem base legal e que, além do mais, aqui na Câmara foi demonstrado, com o voto da própria vice-líder do governo, que se pode fazer tombamento de entidades que são de responsabilidade do Estado. Portanto, eu peço encarecidamente que se rejeite o veto do prefeito e que se acate o que a própria Câmara dos Vereadores votou. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 543/23, com Veto Total.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, estou acompanhando a discussão, eu fui o único vereador que votou contra o projeto. Eu queria aproveitar e alertar os colegas para prestarem atenção nas próximas votações, porque é muito comum a esquerda pedir o voto: “É só para aprovar o projeto, depois que votaram não tem problema, depois se vetarem não tem problema”, e agora vem a esquerda, que pediu o voto para aprovar o projeto, tentando constranger os vereadores da base, do centro, da direita a derrubar o veto. Queria só alertar os vereadores que, muitas vezes, esse canto da sereia, como se diz, somente para apoiar colega – vereador apoia vereador, colega apoia colega –, mas, na prática, depois fica tentando constranger, ameaçando, entre aspas, e “ah, vamos ver o que vai sair na RBS, de acordo com a votação que vocês vão fazer”. Então, só para reafirmar aqui a minha convicção, votei contra o projeto – fui o único –, inclusive apareci nos meios de comunicação de maneira pejorativa por ter votado contra, e agora creio que vai ser mantido o veto, e eu queria deixar esse alerta para os colegas vereadores. Quando chegarem esses projetos mais polêmicos que a esquerda diz que não vai tentar nos constranger, depois na hora de manter ou derrubar o veto, que vocês filosofem se vale a pena apoiar quem, na prática, vai acabar distorcendo as palavras e depois tentar constranger vocês a derrubar o veto. Só para deixar esta colocação para vocês e dizer que eu, com convicção, vou manter o veto. Obrigado a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Questão de ordem, Ver. Pedro Ruas?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sim, apenas para dizer que nunca usei esse argumento que o Ver. Jessé falou, jamais, nunca, e a base do governo sabe o que faz, é óbvio. Ele é o Joãozinho do passo certo? Bobagem!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está feito o registro. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 543/23, com Veto Total.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, colegas vereadores e vereadoras, eu queria aqui iniciar a fala, e está aqui o Gil, ex-prefeito de Cacequi, do Gabinete do Prefeito, que há de concordar comigo que a Câmara e os vereadores não podem abrir mão de um princípio básico, que é o princípio de legislar, e esse tema é atribuição dos vereadores e das vereadoras. E aqui, Presidente Mauro, eu queria dizer o seguinte: nós não podemos fazer luta ideológica com tudo o que surge. Ver. Albrecht, os Correios e a Secretaria da Fazenda são prédios do positivismo, são tombados como patrimônio histórico. Portanto, um marco que foi na década de 1950 a 1960, que era combater o analfabetismo no Brasil, que era muito alto naquela época, chegava a 20, 30%, que foram essas escolas feitas por todo o Brasil. Ver. Pedro Ruas, eu quero falar

aqui para o Cassiá e para a Mônica, a nossa ex-senadora do PP, da RBS, a Ana Amélia Lemos, diz que uma das grandes marcas da vida dela foi estudar nas “brizoletas”. Quem estudou nas “brizoletas” foram pessoas, autoridades de direita, de centro, de esquerda, enfim, mas isso é um marco histórico e é uma das poucas que restam em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. É prerrogativa do legislador municipal propor o tombamento de bem cultural tangível e intangível. Nesse caso, é um bem cultural tangível, porque é um prédio, um produto físico da história. Mas, Pedro Ruas, poderíamos ter colocado de tombado também o conceito das “brizoletas” como um bem memorial intangível, que é a questão da cultura do processo educacional. Principalmente, nesta primeira semana de março, como disse a colega enfermeira, a vereadora, a primeira enfermeira-vereadora que assume aqui nesta Casa: “não é só março o mês das mulheres”. E quem mais sofre com falta de educação? São as mães, são as mulheres. Então, é uma homenagem também ao processo da educação mantermos o bem cultural tangível da escola “brizoleta”, proposta aqui pelo Ver. Pedro Ruas. Também é uma homenagem às mulheres, que lutam pelo processo da educação dia a dia, muito mais do que nós, homens, de uma maneira geral, na sociedade. Não faço nenhuma discriminação aqui, eu tenho certeza que todos colegas têm uma preocupação com o processo da educação ativa, presente. Isso é uma prerrogativa dos vereadores. E mais o seguinte: nós já aprovamos esse projeto, e, por um capricho lá, que, talvez, “ah, mais um bem público”, porque tem uma polêmica instalada na cidade a respeito do que o Ver. Márcio Bins Ely trouxe aqui, mas aqui nós não estamos tratando, neste momento, dessa polêmica, da quantidade de bens tombados que tem. Mas nós estamos tratando que é um bem, um patrimônio público estadual no município de Porto Alegre que marcou uma data, marcou uma época, como o processo histórico. Portanto, Ver. Cecchim, eu peço ao Ver. Cecchim que trabalhe aqui em conjunto, esse não é um tema de situação ou de oposição, de direita, de esquerda, mas é um patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre, um bem tangível, é uma das poucas que resta no Rio Grande do Sul, que educou – como eu volto a dizer aqui, Ver. Cecchim, Ver. Pedro Ruas – gente de direita, de esquerda, de centro. E também uma homenagem ao nosso grande governador, que queiramos ou não, gostando ou não do Brizola, ele é um marco da nossa história do Rio Grande do Sul. Aqui não se trata, neste momento, dessa disputa ideológica.

Então, eu faço um apelo aqui aos colegas vereadores e vereadoras, que nós possamos reconhecer essa escola que é patrimônio cultural, queira ou não ela é patrimônio cultural. Nós só estamos formalizando aqui hoje como um bem cultural tangível da cidade de Porto Alegre essa escola “brizoleta” feita de madeira, ainda quando tinha muita madeira, e muita araucária foi derrubada para construir essas escolas pelo interior do Rio Grande do Sul. Um grande abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 543/23, com Veto Total.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Pedro Ruas, V. Exa. que é um homem inteligente, e eu me gabo em dizer que sou seu amigo, tem ideias brilhantes. Essa é uma boa ideia, mas nós temos, realmente, o senhor tem me dado demonstrações de que seria possível, seria possível, mas o próprio procurador-geral do Estado, num parecer que fez, coloca essa dificuldade da inconstitucionalidade. É lógico que o prefeito Melo, que conversou com V. Exa. hoje, não se furtou de reconhecer essa escola e perguntou. E a Secretaria de Educação afirmou que essa escola continuará lá, e com um adendo de que o Estado está pensando em colocar cursos profissionalizantes nessa escola. Então, a permanência da escola eu acho que está garantida. Eu cumprimento V. Exa. por essa sua cruzada. Acho que, no mínimo, está fazendo com que o governo do Estado olhe para a escola com outro olhar, e que a Prefeitura não pode se imiscuir em alguma coisa do Estado, pelo menos acho que não deve; se pode, mas não deve, politicamente não deve. Eu reconheço a sua luta, reconheço a sua boa vontade e a sua boa-fé para fazer isso, mas eu, como líder do governo, e a base do governo também não temos como lhe acompanhar para derrubar este veto. Faço aqui o meu reconhecimento da sua luta, mas com a honestidade que eu tenho que ter de afirmar que nós não podemos derrubar esse veto, infelizmente. Vá lá que o governo do Estado, num determinado momento pense em que não seja mais escola, aí, sim, provavelmente aí teria mais um motivo para que se preservasse uma escola. O governador Brizola já tem tantas homenagens neste Estado que eu acho que mais uma ele poderá ter, se o governo do Estado realmente colocar, ampliar na escola, os cursos profissionalizantes. Eu acho que isso também seria uma homenagem ao governador. Mas nós votaremos pela manutenção do veto, reconhecendo a sua boa-fé em fazer esse projeto. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 543/23, com Veto Total.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; Ver. Pedro Ruas, proponente; quero primeiramente dizer que essa não é só uma ideia brilhante que V. Exa. traz a esta cidade, como é fundamental o reconhecimento da história da educação brasileira. Não tem como falar de direito à educação, sem falar de Leonel de Moura Brizola. Foi um expoente na construção do direito a todas e todos, não só alcançar a alfabetização, mas a construção da cidadania. Não existe soberania, não existe desenvolvimento social e econômico se o seu povo não acessa os bens culturais, e era essa a ideia das “brizoletas”; era essa a ideia de mais de 6 mil escolas. Nenhum governador chegou a isso, nenhum presidente do Brasil chegou a isso. Acho que no mundo inteiro não tem processo mais revolucionário do que o governador Brizola implementou nesse nosso País, tendo o direito de representar o povo pela linha do trabalhismo.

Então, eu só quero parabenizar e acho fundamental que nós possamos garantir que seja tombado, porque, se nós fizermos diferente, nós estamos não reconhecendo a

história, não reconhecendo o valor da educação, não reconhecendo o valor daqueles que vieram antes de nós. E muitos de nós que aqui estamos estudamos em “brizoletas”. Eu tive o prazer de estudar num prédio de “brizoleta” na Escola Estadual de Ensino Médio Padre Reus, lá na Zona Sul. As “brizoletas” ainda estão lá, aquelas salinhas de madeira. A gente estudava, e é graças a esse processo que se desenvolveu que hoje nós temos avanços na educação. E se nós não reconhecermos, não tombarmos, não é algo salutar. Então, queria só lembrar as colegas, os colegas: nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, nós precisamos assumir essa responsabilidade histórica com o tombamento, o reconhecimento. Não pode ser só da boca para fora, tem que ser com gesto, que não é um gesto de generosidade, é um gesto pela população que nós representamos, pela história, pelas pessoas. Parabéns, Ver. Pedro Ruas, conte com o nosso voto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal o PLL nº 543/23, com Veto Total (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 12 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto Total.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1126/23 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 037/23, que regulamenta a realização das Feiras Ecológicas em logradouros públicos no Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00601/2023-91)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Giovani Culau e Coletivo: pela rejeição do Veto Parcial (empatado);
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoni Medina: pela manutenção do Veto Parcial (empatado);
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
 - votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.
- Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:
SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;
NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.
- trigésimo dia: 01-03-24 (sexta-feira).

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLE nº 037/23](#), com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, nosso Presidente; Ver. João Bosco Vaz, colegas vereadoras, vereadores, há momentos difíceis nesta Câmara Municipal. Hoje é um dia daqueles, difíceis, muito difíceis. Vivemos tempos tenebrosos de sectarização, divisões sem princípios, discussões sem lógica, provocações... Que tempos, que tempos. Nós já tivemos grandes disputas dentro desta Casa Legislativa, grandes disputas. Tivemos aqui parlamentares, composições políticas ideológicas incrivelmente conflitantes. Quando aqui entrei, estava João Dib, Pedro Américo Leal – para citar dois –, quantos embates, quantos embates. Mas com todo o respeito, algumas posições do atual governo são de chorar, porque quando nós discutimos a questão de patrimônio histórico e cultural, não teve debate – não teve debate! Quais os argumentos que foram levantados aqui para manter este veto? Qual é a questão substantiva levantada pelo governo? Zero! Zero! Não que o governo não tenha assessorias, o governo tem assessorias, inclusive alguns vereadores têm assessorias muito qualificadas, com as quais até debato de quando em quando, mas aqui vem uma ordem, é um negócio meio de milico, ordem unida – votem, votem sempre, não deem a mínima chance para um debate qualificado, nenhuma chance! Aqui, de novo, tínhamos um acordo. Havia uma guerra sobre esse projeto, uma verdadeira guerra; e vimos que havia sectarizações. Eu sou o primeiro a reconhecer aqui – já disse isso para o Cassio Trogildo na época – que não cabia algumas questões chegarem ao ponto de provocações, de lado a lado, diga de passagem, mas nós superamos aquele momento. Achei que a gente entrava num bom período de Natal, para tomar, com mais tranquilidade, uma boa espumante e um vinho, mas vejo agora que – sai da frente – há vetos, inclusive vetos de dois pontos importantes. Nós tínhamos acordos sobre essas questões, nós queremos que qualquer feira... Fiz agora um levantamento, temos muitas feiras, sim, algumas feiras ecológicas, que eu vejo que se mantêm, Cassio Trogildo, isso é altamente positivo. Louvo o esforço que se faz para que se mantenham essas feiras; hoje vi, inclusive, que tem uma feira agora lá no 4º Distrito, nova, nova. Vou visitá-la, essa ainda não visitei, porque eu acho que a gente tem que valorizar as nossas feiras. Eu valorizo, antes de mais nada, as feiras ecológica, mas vou também aos mercadões, às feiras-modelo. Esse veto ao art. 28 é um equívoco. Nós vamos teimar, porque nós viemos aqui defender com qualidade, com argumentos, o projeto como um todo; nós queríamos o projeto como um todo, como foi acordado aqui. Não é justo, não é legal, principalmente com os feirantes que concordaram, bem como conosco da oposição que concordou; nós temos esses dois vetos aqui. Nós vamos manter o projeto na íntegra. Nós vamos disputar uma concepção de cidade, palmo a palmo, dia a dia, na cidade, como estamos fazendo hoje em dia, mostrando como os serviços estão pífios, como se faz arboricídio, como não se cuidam dos alagamentos, como não se faz o cuidado adequado com a questão da dengue, etc. e tal. Com as feiras a mesma coisa. Vou votar “sim”.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23, com Veto Parcial.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, Mauro Pinheiro, colegas vereadoras, vereadores, eu quero aqui externar a minha posição de uma vereadora que participou ativamente de todo esse debate, mais recentemente. O projeto de autoria do Executivo municipal, o qual regulamenta a realização das feiras ecológicas em logradouros públicos no Município de Porto Alegre, eu devo dizer, seguiu todos os trâmites legais e foi aprovado por unanimidade, com um amplo debate nesta Casa. Pactuou-se entre os vereadores de oposição e as vereadoras de oposição, com a base e com o governo, na pessoa do Sr. Secretário, Cassio Trogildo, e mais ainda, com os feirantes, produtores, que são os maiores interessados. Não há no texto qualquer incongruência ou choque entre os artigos em análise, já que tratam de situações diferentes. Não há. O art. 19, por exemplo, trata da comercialização dos produtos pertencentes aos produtores da mesma entidade associativa, os quais não precisam necessariamente ser feirantes, daí a necessidade, inclusive, da aprovação do Executivo. Já o art. 28, vetado, trata dos produtos de produtores que já integram as unidades de feiras ecológicas, ou seja, trata dos produtores que já têm autorização do poder público municipal e que regulamenta os participantes das feiras, carecendo, portanto, do poder público municipal, que regularmente participa das feiras, apenas a análise da comissão das feiras sobre a inclusão de novos produtos. Ora, o artigo vetado diz respeito à necessidade ou não da agregação de novos produtos conforme a composição da feira em termos de variedades, quantidades e qualidades. Por isso, deve ser respeitada a soberania da comissão dos feirantes. Resta, claro, que os artigos, portanto, não se contradizem, mas, sim, se complementam. Portanto, secretário Cassio, que se encontra entre nós neste plenário, eu lhe faço um apelo, vamos continuar honrando os nossos acordos feitos por nós, da oposição, pelos vereadores e vereadoras da situação e com o governo, com a participação decisiva dos feirantes. Secretário Cassio, eu apelo para a sua sensibilidade, acho que a gente avança ao dar a legalidade para as feiras constituindo todo este arrazoado aqui de artigos que nós construímos a partir de muitas mãos, muitas cabeças, construindo artigo por artigo. Não é possível que, ao final, a gente tenha esta situação colocada. Feito o meu apelo, secretário Cassio, a sua sensibilidade a toda esta construção coletiva para que a gente possa, portanto, não ter este veto exatamente numa situação em que os feirantes, que tanto nos orgulham, inclusive aqui representados pela Fran, obrigada pela tua presença aqui no nosso plenário. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23, com Veto Parcial.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Olha, Presidente Mauro, boa tarde, mas o governo faz um veto de um projeto do Executivo que foi amplamente

negociado e que foi votado por unanimidade. A negociação foi encabeçada pelo secretário do governo, negociou muito com os feirantes até, obviamente que uma negociação em que os feirantes estavam em uma situação defensiva, porque o governo tinha os votos necessários para aprovar o seu projeto, e os feirantes, sabendo disso, buscavam uma negociação em que tivessem o menor prejuízo possível. Quando os feirantes pensavam em prejuízo, eles pensavam, sobretudo, na sua capacidade e na sua força para tomar decisões em relação a esse negócio, porque as feiras começaram como um processo de auto-organização dos trabalhadores e dos feirantes. Não foi um processo que começou a partir do Executivo, começou a partir dos feirantes. Quando o Executivo trata de regulamentar e utiliza uma maioria parlamentar para estipular um regimento de acordo com a sua ideia, os feirantes passam a ter que negociar em condições desiguais, mas negociam; negociam, chegam num projeto e agora o governo veta pontos do próprio projeto que trouxe para a Câmara aprovar por unanimidade. Esse projeto, além do mais, ele tem uma série de questões sobre as quais seria necessário a Câmara de Vereadores se debruçar, inclusive a nossa assessoria aponta erro de redação na Redação Final do projeto, o que exigiria um estudo, inclusive, da direção da Câmara, porque nós temos uma parte da assessoria alegando justamente que teve erro na redação. Então nós estamos já votando um projeto que teve questionamento sobre erro na redação, que foi para o Executivo, o Executivo veta alguns dos pontos que foram votados... Eu realmente acho que o governo, infelizmente, nesse caso, dá uma demonstração de que não tem disposição de fazer negociações, que sejam negociações realmente transparentes. Votou, apresentou o projeto, chamou a oposição para negociar, a oposição aceitou negociar porque havia uma demanda também dos feirantes para negociar. Os feirantes, eu quero repetir, aceitaram negociar porque estavam com a faca no pescoço, porque sabiam que teriam uma regulamentação aprovada aqui, sabiam que o Executivo controlaria, mas os feirantes estavam buscando o máximo de soberania da comissão de feirantes, buscaram isso o tempo inteiro, conseguiram parcialmente. Depois teve uma Redação Final, que é questionável se essa redação foi feita corretamente, foi para o Executivo, e o Executivo ainda vetou uma parte do que a Câmara aprovou. Realmente isso demonstra que o governo não encara seriamente sequer as negociações que o governo comanda. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23, com Veto Parcial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu recebi aqui um documento da Associação Agroecológica e também da Cooperativa Central dos Assentamentos, que trata, foi protocolado aqui nesta Casa, da supressão da garantia da autogestão das feiras ecológica, que se encontram presentes. Associação Agroecológica, Associação de Agricultores e Ecologistas Solidários do Rio Grande do Sul e Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, que trazem alimentos importantes para a saúde da população de Porto Alegre nas feiras que

habitam a nossa cidade. Eu queria, muito rapidamente, dizer que o veto não condiz com a realidade do debate que se organizou nesta Casa na votação deste projeto. Eu sou um parlamentar de palavra, um homem de palavra, nós precisamos da garantia da palavra, isto é fundamental na política; se não temos, independentemente do partido, palavra, não temos nada. Se não temos palavra, não temos nada e, se não temos nada, não tem motivo de nossa existência política, porque a existência política se faz na divergência, mas fundamentalmente na convergência do bem comum. E, se a gente entende como uma ameaça a autogestão, a gente tem uma incompreensão do que é a organização dos feirantes, do seu papel, do seu protagonismo, e aí a gente coloca governos acima da Prefeitura, e assim não podemos proceder, porque os governos passam. Todos passam, vão passando, vai mudando, a cada quatro anos é um prefeito ou uma prefeita diferente, e nós precisamos garantir que os que fomentam a saúde no Município, a distribuição de um alimento saudável, possam minimamente ter a capacidade de pensar o seu espaço de ação, e não os governos que virão de plantão. Então não estou tratando aqui do presente, estou tratando aqui do futuro, por isso me preocupa esse veto, por isso que eu reivindico aos colegas que reavaliem, para que a palavra empenhada naquele momento seja garantida, senão o que restará dos acordos, dos debates que esta Casa faz, são farelos, e de farelos não se faz Parlamento. O Parlamento tem que ser feito de altivez, de construção coletiva, de debate de divergências, que é salutar, sim, sempre, assim como lá em Brasília nós temos o governo Lula, tem a oposição, nós vamos vendo o termômetro popular de como as pessoas agem em prol do bem comum. Quando a gente passa a colocar talvez os interesses individuais de um ou outro ator político acima das organizações políticas, dos debates, aí é nocivo, aí a gente começa a incursionar numa área que não agrega. Então, em nome da bancada do PT, faço aqui mais um esforço junto ao nobre líder Idenir Cecchim, para que possa reavaliar essa posição, refletir se é possível uma orientação diferente para que a gente construa, realmente, coletivamente esse processo, como vinha sendo. Confesso que fiquei surpreso com o veto, não compreendi, porque nós tínhamos feito um debate coletivo, uma construção naquele momento e agora ele se esfarela no ar. Enfim, nós votaremos contra o veto, mas gostaria que o governo pudesse reavaliar. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Mari Pimentel está com palavra para discutir o PLE nº 037/23, com Veto Parcial.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde colegas vereadores, público que nos acompanha, colegas das feiras que estão aqui conosco no plenário; algumas vezes, e aqui eu reforço, porque muitas vezes eu tenho o estigma de que sou uma vereadora de primeiro mandato, mas é engraçado que para alguns temas desta cidade compete à imprensa maior discussão do que a este Parlamento. Eu vim aqui porque eu vi vários vereadores da esquerda virem aqui debater o assunto, colocar o seu posicionamento, mas eu vejo muitos vereadores fora desse debate. E eu me pergunto: se jornalistas demoraram mais de uma hora para debater esse assunto, levaram os feirantes,

levaram o governo, ouviram, não conseguiram chegar a uma conclusão, nós, vereadores, saímos desse debate. Daí eu me pergunto em alguns momentos: o que realmente a gente faz muitas vezes nesse Parlamento, se a gente não está debatendo, se a gente não quer se aprofundar sobre os temas? Independente de eu convergir ou divergir do tema, mas se ausentar desse debate é o que não ganha o Parlamento, é o que não ganha Porto Alegre. Nós temos um projeto que está vindo um veto da Prefeitura num ponto que traz um alerta para a sociedade, porque hoje as feiras têm uma auto-organização, elas não dependem do poder central. Eu, como liberal, como alguém que o entende o poder da sociedade de se auto-organizar e não depender do governo, vejo que é um projeto importante para a gente debater, independente do ponto de vista ideológico. Será que o governo precisa decidir quem vai expor ou não numa feira ou será que as feiras podem se auto-organizar? São feiras importantes e históricas para a nossa cidade. Quem é porto-alegrense tem os seus registros da sua infância indo nessas feiras, com seus pais, com suas mães, com seus avós. Será que nós vamos deixar um projeto com tamanha importância para a cidade não merecer o debate necessário com esse veto? É com isso que eu me preocupo, como parlamentar, e pode ser que essa minha visão ainda um pouco juvenil de acreditar nessa política que a gente deve debater e construir juntos, que ainda me dá vontade de vir aqui, debater e falar para vocês que eu acredito que esse veto não deve vir, que a gente deve manter, sim, a autonomia das feiras, que as feiras devem se mostrar independentes e que a gente deve realmente ouvir do Executivo qual está sendo o problema da independência das feiras. Porque essa informação não veio, e reforço aqui: nós estamos no mês da mulher, estaremos próximo do Dia da Mulher, e o que eu vi na imprensa, o que eu vi no debate do governo com as feirantes foi um ataque pessoal, foi um ataque que colocou mulheres para baixo. E é isso que a gente não deve ter, que a gente venha aqui debater ideias, que dados e informações sejam o motivo desse debate e não colocar as mulheres feirantes para baixo. Eu acredito na potência de cada uma delas e acredito que o governo tem capacidade, sim, e se julgar importante trazer dados e informações e debater esse tema de maneira séria e coerente, deve vir debater conosco. Eu peço, realmente, que nós, parlamentares, entendamos a importância desse projeto. Depois, a gente sabe, que, se a imprensa debateu por mais de uma hora, não seremos nós, os 36, que vamos debater por 15 minutos e só ouvindo a oposição. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23, com Veto Parcial.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores e vereadoras; vou iniciar a minha fala por onde terminou a Ver.^a Mari Pimentel. Mari, eu a conheci há pouco tempo, mas, em 1989 e 1990, eu tive o prazer, como diretor de fomento agropecuário de Porto Alegre, de ser o coordenador e organizador da primeira feira ecológica da José Bonifácio, que é um cartão postal de Porto Alegre. Desde aquela época até hoje, um dos grandes debates se chama autogestão, auto-organização. Se isso deu certo até hoje, por que mudar? Só queria lhe dizer que deu certo!

Em 30 anos, deu certo. E é uma referência nacional a política da agricultura ecológica de Porto Alegre, que não foi feita por este governo, foi feita por um processo da sociedade ao longo dos últimos 35 anos.

Mas eu quero me referir aqui a outra questão, Ver. Adeli Sell, que é da política. Em 2004, quando eu me elegi pela primeira vez, até os dias de hoje, Ver.^a Polaca, este Parlamento perdeu muito a sua qualidade. Eu quero me referir aqui à política, nosso diretor legislativo Luiz Afonso, para que serve a política, se não é para construir propostas discutidas, elaboradas, consensuadas? Ver. Cassio Trogildo, o senhor estava aqui e o senhor fez o acordo. Na política, só tem um sentido quando se faz acordo, é cumprir o acordo. Isso que está sendo feito hoje é uma traição à política, porque o acordo que foi feito era na íntegra desses itens que estavam colocados. Eu quero dizer para todos aqui ó... (Rasga documento.) Quem não cumpre acordo na política não tem que estar aqui no Parlamento, tem que sair do Parlamento. Ver. Cecchim, o senhor não está cumprindo, o senhor e o secretário Cassio Trogildo não estão cumprindo um acordo que foi feito aqui com os feirantes, foi feito aqui com os 36, nós votamos por unanimidade isso que está colocado aqui. Nós votamos por unanimidade! E o ex-vereador, que eu chamo sempre carinhosamente de vereador, Cassio Trogildo, acordou isso aqui. E agora ele vai para dentro do governo e usa o seu poder de maioria para vetar. Onde que está o sentido da política nisso? Não tem sentido isso, não tem sentido, Ver. Cassiá, acordo quando se faz é para cumprir. Ou será que nós não reconhecemos aqui, deste plenário, os grandes tribunos que passaram aqui e que fizeram acordos até hoje para cumprir e construir uma política para Porto Alegre? Dessa maneira, Porto Alegre passa a entrar como um dos Parlamentos que não cumpre com a palavra que assume. E eu estou falando aqui na política com o “p” maiúsculo. Essa, inclusive, Ver. Adeli, é uma das razões pelas quais não vou mais me candidatar, porque este Parlamento virou uma droga! Quando não se cumpre acordo, Cassio Trogildo, vá para casa, não assuma a palavra com o público! Não assuma a palavra com seus colegas para depois romper aquilo que foi assumido, unilateralmente rompeu o acordo! Agora, o mundo é redondo, dá voltas, esse ciclo que está aí na Prefeitura está acabando, está acabando. A concessão feita aqui do Parque Sirotsky concede o lucro, o prejuízo é com a Prefeitura, está lá a Prefeitura trocando todas as lâmpadas e equipamentos do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, com dinheiro público. Não foi feita uma concessão?

Quero dizer o seguinte: este Parlamento, pela sua história de vida, não merece ter postura como essas aqui, onde se faz um acordo, se rompe unilateralmente o acordo e a população fica gramando e acreditando nos políticos. Como é que esses políticos vão ter cara de propor um novo acordo, Ver. Cecchim e Ver. Cassio Trogildo? Desculpem-me, mas não vão mais acreditar em vocês.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 037/23, com Veto Parcial.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu trouxe um papel aqui para dizer para o Comassetto que eu não vou rasgar, e que aqui não é lugar de fazer palhaçadas. O senhor ofenda quem o senhor quiser, a mim o senhor não vai ofender e nem ao Ver. Cassio Trogildo. O senhor falou de ir para casa, mas o povo já lhe mandou para casa uma vez, na última eleição; o senhor está aqui por mérito de outros, que se elegeram deputados, e não pelo senhor. O senhor está aqui por mérito de outros e não pelo senhor. O senhor não vai mais se candidatar porque tem medo de ser mandado embora! O senhor tem medo de ser mandado embora! O senhor tem uma atividade que eu respeito, então diga a verdade aqui: que o senhor não vai embora porque não cumprem acordo, vai embora por sua incompetência, por sua gritaria! Vai embora por isso! Eu não ia falar, o senhor nos provocou...

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Provocou a mim também! Provocou a mim! Eu tenho coragem de dizer: se o povo me mandar embora, eu vou. Agora, não vai ser o Comassetto que vai fazer isso. Cassio Trogildo, secretário, aqui houve um esforço para aceitar as emendas – que foram apresentadas em cima da hora. E para desmentir o que o senhor está dizendo, tem emenda da Ver.^a Biga que nós aceitamos e está valendo. Então esse seu discursinho e essa sua gritaria não valem. Não valem! Eu não sei o que deu no senhor hoje, alguma coisa deve ter lhe provocado, não fomos nós, não foi o veto. Não foi o veto, porque o senhor sabe que tem contradição.

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, respeito não! O senhor respeite a maioria, e isso o senhor não tem. O senhor não tem respeito pela maioria, aprenda a respeitar. Eu respeito as minorias.

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, uma coisa é acordo, outra coisa é tentar empurrar goela abaixo, e isso tu não vais fazer! Tu não vais fazer isso! Goela abaixo, não, Comassetto! Goela abaixo, não! O senhor vai fazer isso noutra lugar, aqui o senhor tenha respeito. Eu estou falando de frente para o senhor e não estou insinuando nada, o senhor insinua, maldosamente. Então, o senhor se acalme e respeite, e eu convoco a base para manter o veto, porque ele é justo. Têm as razões aqui porque que deve ser votado. Se o senhor está berrando tanto, é porque alguma coisa o atingiu, alguma coisa o atingiu, não foi a base, não foi a base que o atingiu, o veto também não. Deve ser alguma coisa que eu não sei. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o PLE nº 037/23, com Veto Parcial (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Polaca Rocha, meu líder Jonas Reis, Ver. Eng^o Comassetto, colegas da oposição, nós fizemos um esforço muito grande de buscar denominadores comuns. Nós fizemos a nossa parte, Ver. Robaina, V. Exa. estava junto nas negociações. Eu quero fazer um apelo aqui ao Cassio Trogildo de modo especialíssimo, porque é o secretário que cuida dessa área na Prefeitura. Nós tínhamos, sim, feito esse acordo, votamos todos por unanimidade. Eu lastimo os vetos, mas eu já sei que não adianta a base do governo receber uma ordem, e é aqui a ordem unida, até os novos que chegam aqui no dia já recebem o caderninho da votação. É um direito, não é bom para o Parlamento, não é bom para o Parlamento. Eu venho dizendo nesses 120 dias da minha volta aqui que não está bem. Vou dizer que as divisões sobre esse projeto poderiam ter sido muito danosas, muito danosas. Nós avançamos, deveríamos avançar mais. A mesma coisa já falei para o Cecchim e para a Ver. Cláudia. A mesma coisa é sobre a questão do projeto da Guarda, dividir uma categoria profissional, criar cizânia numa feira é muito ruim, Ver. Cassiá, não vai ajudar, não vai resolver os problemas que tem. Então como já são favas contadas, como já sei da votação, e são mais de 5 horas da tarde, eu quero tentar fazer alguns exercícios. Cassio Trogildo, vamos tentar, a partir das diferenças que foram expressas aqui com todas as letras, assim, no amanhã, voltar a uma mesa de conversa, manter uma mediação quando houver conflitos. E nós termos, como eu disse anteriormente, secretário, eu tenho a lista das feiras. Não houve uma evolução como eu gostaria de ter, evidentemente, mas hoje em dia não é fácil competir com o comércio em geral. As feiras são o modelo que em Porto Alegre felizmente se mantém, que é algo fenomenal, é uma marca da cidade. As nossas feiras ecológicas são cantadas em verso e prosa. As pessoas que chegam de fora e visitam a Redenção aos sábados ficam pasmas. Imagine se elas fossem fazer uma visita às quartas-feiras no bairro Menino Deus, que tem outra feira muito forte. A Feira Rômulo Telles, é impressionante como cresce no bairro Petrópolis, além das feiras modelo. Então, eu quero chamar a atenção dos membros do governo. Nesse momento da votação, nós, da oposição, somos maioria; há uma dispersão na base do governo, porque o governo não quer debate, mas eu quero debate, as pessoas querem debate, e para isso, nós vamos conversar. Talvez a senhora vereadora que assume hoje esteja um pouco pasma com o clima; devagar, a senhora vai estar aqui em outros momentos. Ver. Marcelo já sabe o que é o clima de rua, está começando a ver o clima daqui. Vereador, nós temos que ter mais diálogo, mais diálogo. Aqui está havendo uma divisão, às vezes ela é real, mas, às vezes, ela é apenas provocativa, ideológica e partidária. Por isso que eu vou fazer um apelo ao Cecchim e à Cláudia, que lideram o governo, de nós continuarmos um profícuo debate. No projeto anterior eu fui muito claro, disse com todas as letras o que é uma coisa e o que não é, e assim eu vou ser daqui para frente. Cassio Trogildo, eu espero que amanhã a gente volte a dialogar, como dialogamos em outros momentos. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal o PLE nº 037/23, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO**, em sua parte vetada, o projeto por 15 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um detalhe: o veto está mantido porque vota-se novamente a parte vetada. E, como no caso de apreciação de veto, o quórum necessário mínimo é 19 votos, então, para que a parte vetada fosse aprovada, seriam necessários 19 votos; como só houve 15, o veto então foi mantido.

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Votamos pela manutenção do projeto acordado entre situação, oposição e os feirantes ecológicos de Porto Alegre. E lamentamos a traição do governo e parte da base do governo que rompeu unilateralmente o acordo e agora veta parte do projeto, descumprindo o acordo. Carlos Roberto Comassetto, vereador PT”.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, vereador, feito o registro.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 028/24, passar à discussão e votação do PR nº 034/21.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLL nº 368/23 seja a quinta matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje. É um projeto da nossa Ver.^a Sâmila Monteiro, que cria o programa Aqui tem Luz, um projeto muito bacana, acho que vai passar por unanimidade. Então, que pudéssemos homenagear também essa brava mulher, Sâmila Monteiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Edson CT (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Sr. Presidente, eu gostaria que fosse mantida a votação do PLL nº 265/23, do Ver. Claudio Janta, na sequência.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Edson CT. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja mantido o número seis, PLL n° 595/23, porque ele já era para ser votado na semana passada, não deu tempo e foi adiado para esta semana, senão ele não vai ser votado novamente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, a ordem vai sendo alterada à medida que os requerimentos vão se sucedendo, mas vão entrando um atrás do outro. Então ficamos assim: ficaremos com o n° 11, 5, 8, 3 e o 6. Passamos agora aos pregões da Ordem do Dia. Apregoamos a Emenda n° 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL n° 265/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n° 01 ao PLL n° 265/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Subemenda n° 01, de autoria da Ver.^a Biga Pereira e da Ver.^a Coletivo Cuca Congo, à Emenda n° 01 ao PLL n° 114/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda n° 01 à Emenda n° 01 ao PLL n° 114/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda n° 02, de autoria dos vereadores Tiago Albrecht, Alvoní Medina, José Freitas e Mari Pimentel, ao PLL n° 114/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n° 02 ao PLL n° 114/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 03, de autoria dos vereadores José Freitas e Alvoni Medina, ao PLL nº 114/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 114/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 028/24 – (Proc. nº 0122/24 – Ver^a Coletivo Cuca Congo) – requer seja o período de comunicações do dia 04/03/2024, destinado em homenagem a Frente Negra Gaúcha. **(SEI 253.00001/2024-59)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o [Requerimento nº 028/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Referente ao Requerimento nº 028/24, aprovado, obviamente, como o dia já passou, será reagendada a data.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0658/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que institui o Prêmio Personalidade do Carnaval Porto-Alegrense Nilo Alberto Feijó na Câmara Municipal de Porto Alegre. **(SEI 210.00303/2021-17)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovani Culau e Coletivo: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 01-11-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PR nº 034/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já que o autor não vai falar sobre este projeto, é necessário dizer ao plenário quem foi Nilo Feijó. Nilo Feijó, um grande compositor, homem ligado ao carnaval, foi presidente do Satélite Prontidão, quem não sabe aqui tem dois clubes de negros, em Porto Alegre, tradicionais: Floresta Aurora e Satélite Prontidão. O prefeito Fogaça criou em Porto Alegre, na Av. Ipiranga, pegado à casa da OAB, o Centro de Referência do Negro Nilo Feijó, e ali se desenvolviam exposições, samba, roda de conversas, mas, como todos sabem, nós tivemos um exterminador na Prefeitura, chamado Marchezan, que terminou com o Centro de Referência do Negro Nilo Feijó. Eu subo aqui para fazer esta homenagem porque eu era muito próximo do Nilo Feijó, sou amigo do Guaraci Feijó, grande artista plástico, também carnavalesco, da Bel, esposa dele; está aqui o secretário Clóvis, e eu solicito aos colegas vereadores e às colegas vereadoras que votem favoravelmente a este projeto. Eu sei que é mais um prêmio que está sendo criado por esta Casa, mas nós precisamos ter, nós precisamos apoiar a cultura popular, nós precisamos resgatar a história daqueles que contribuem com a cultura de uma maneira ou de outra. Por isso então deixo meu abraço aqui, Guaraci, a toda a família, e vamos votar favoravelmente a este projeto que vai premiar a personalidade do carnaval com o troféu Nilo Feijó. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 034/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Quero só justificar o porquê de eu vou votar “não” e recomendar que os vereadores votem “não”. Eu propus também uma homenagem recentemente, a criação de um prêmio aqui na Câmara de Porto Alegre chamado Troféu Atlas, para homenagear os empreendedores que carregam nas costas a nossa economia. Não teria custo para a Prefeitura, não teria custo para a Câmara e foi negado o projeto porque foi de autoria de um vereador. Então se, pela legalidade, um vereador de direita não pode criar um prêmio, eu acho que pela legalidade um vereador de esquerda também não pode criar um prêmio. O jeito correto para se criar prêmios pela Câmara de Vereadores é através de uma proposição da Mesa Diretora. Então eu sugiro, assim como me foi sugerido, que o vereador procure a Mesa Diretora e institua pela legalidade o projeto da maneira correta, porque senão semana que vem eu vou requerer a reabertura do meu projeto, senão seria uma grave discriminação pessoal para com este vereador; não pode um argumento ser utilizado para um lado e não valer para o outro. Então eu recomendo que os colegas vereadores que votaram contra o meu projeto, votem contra este também, e peçam para o vereador encaminhar da maneira correta, que é através de uma proposição da Mesa Diretora. Obrigado, Presidente.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 034/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, quero declarar o meu apoio total a essa homenagem ao Nilo Feijó. Conheço ele dos carnavais, do Império da Zona Norte, das outras escolas onde a figura do Nilo sempre foi uma figura destacada e honrada, por isso quero declarar publicamente o meu voto e o meu apoio.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o PR nº 034/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Jessé Sangalli e Tiago Albrecht.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0647/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 368/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht e da Ver^a Sâmila Monteiro, que cria o Programa Aqui Tem Luz. **(SEI 055.00011/2023-40)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Biga Pereira: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-10-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 368/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, subo a esta tribuna para encaminhar o projeto da vereadora, a nossa suplente, Sâmila Monteiro, que já assumiu por algumas vezes e por isso protocolou este projeto, que é um projeto que surge de fora para dentro da Câmara, ou seja, é um projeto que a

vereadora, lá na base, junto às comunidades, junto ao seu povo da Restinga, Pitinga e tantas outras comunidades. Ela percebeu que há um *gap*, que há um problema, um ruído de comunicação, Ver. Adeli Sell, que me dá a sua atenção, Ver.^a Polaca Rocha também. O que acontece? Quando existe a regularização fundiária, a CEEE, hoje Equatorial, passa colocando os postes, os fios, ligando luz na casa das pessoas. Só que não há uma troca de informações com o Município, que hoje tem uma PPP para botar a iluminação pública. Então, a pessoa tem luz na sua casa, já está pagando a taxa de iluminação pública, porém há um atraso muito grande na comunicação com o poder municipal – neste caso, a concessionária – para a instalação de iluminação pública, o que, como V. Exas. sabem, gera insegurança para as mães de família, os pais de família, os idosos. É um projeto que a Ver.^a Sâmila chama de Aqui Tem Luz, porque é um projeto que vai justamente, primeiro, respeitar o pagador de impostos dessa comunidade, desse bairro, afinal já está pagando a taxa, e também traz dignidade a esses moradores, porque, repito, a CEEE já passou, dentro de uma regularização já feita e homologada, já ligou a energia na casa, mas o que falta é justamente uma comunicação mais célere com, no caso de Porto Alegre, a concessionária, para dar luz pública naquela via, naquela rua, que, muitas vezes, nem asfaltada é, é uma rua de barro, uma rua de terra, mas que, a partir do Aqui Tem Luz da Ver.^a Sâmila, poderá, então, trazer – repito, respeitando o pagamento da taxa – também dignidade.

Então eu gostaria que V. Exas. pensassem com carinho, é um projeto, acredito eu, que contempla todos os espectros políticos, porque traz dignidade, respeita o pagador de impostos, gera a comunicação entre os entes concessionária de luz, concessionária de iluminação pública, e, finalmente na ponta, é uma entrega de serviço público ainda melhor para a nossa gente, para o nosso povo, especialmente o pessoal das comunidades. Então eu gostaria de pedir o voto “sim” de V. Exas. para que o projeto Aqui Tem Luz possa passar e trazer todos esses benefícios, Ver.^a Cuca Congo, que me dá a sua atenção neste momento, especialmente para as periferias da nossa cidade. Muito obrigado e conto com o voto de todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n^o 368/23.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, venho aqui, em nome da minha bancada do Partido dos Trabalhadores, trazer a nossa fala de que votaremos “sim”, um compromisso que assumimos com a Ver.^a Sâmila, que é da periferia, que se criou na periferia e que sabe o que é andar, nestas comunidades, às escuras. Agora o programa é bem-vindo, mas eu quero ressaltar aqui que a iluminação pública da cidade e os equipamentos para a iluminação pública são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Então, Ver.^a Sâmila, neste momento, Ver.^a Polaca, a Prefeitura de Porto Alegre vai bancar a nova iluminação pública do Parque Maurício Sirotsky, de um parque que ela fez a concessão. Como é que tem dinheiro para bancar a iluminação pública de um parque? O Tribunal de Contas tem que se debruçar nisso aqui,

vamos encaminhar para fazer essa fiscalização. Como é que tu concedes um patrimônio público e tu vais lá e bota recurso público, enquanto as comunidades da periferia estão às escuras? Quero lhe dizer que somos parceiros, inclusive para verificar programas e projetos que têm para captar recurso para essas comunidades. O que é, Polaca, uma rua iluminada na periferia, onde as crianças, aqueles que estudam à noite possam caminhar e serem vistos e verem ao mesmo tempo? Olha a importância que tem isso na segurança. Agora tem orçamento, eu quero fazer uma segunda sugestão, que a senhora apresente logo, logo, num programa, para o Executivo municipal, as principais comunidades que a senhora já identificou que estão sem estes recursos, porque tem recurso no orçamento municipal para colocar os equipamentos. A Prefeitura é responsável por ceder os equipamentos, tem o DIP – Departamento de Iluminação Pública, que coloca tudo isso e troca as lâmpadas. E tem milhões que foram captados, inclusive, de recursos federais, nesse momento, para trocar e colocar a iluminação pública da cidade. Diga-se mais: é cobrado de todos moradores uma taxa de iluminação pública para dar sustentação a isso. Então esse recurso não é tirar de outra rubrica, é direcionar para onde precisa. O seu projeto é um projeto inclusivo, e quero dizer que nós, da oposição, quando tem um projeto bom sendo de outro partido, pode ser da direita, do centro, nós votamos junto. Cansamos de votar projetos assim. Portanto, queria lhe dizer que a nossa bancada e a oposição cumprem acordo. Político que não cumpre acordo não tem que estar sentado nessas cadeiras. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o PLL nº 368/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0477/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Programa Brigadas de Incêndio nas escolas municipais da rede pública de ensino. **(SEI 024.00088/2023-41)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 09-10-23

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 265/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Edson CT está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR EDSON CT (SOLIDARIEDADE): Tomando o uso da palavra aqui em relação a essa discussão geral de votação do Ver. Claudio Janta que institui o programa de brigada militar de incêndio nas escolas municipais da rede pública de ensino, que é um tema muito importante até para a questão de como fazer o uso do aparato de incêndio, de como prever e como proceder durante o momento de uma situação de incêndio. Queria chamar atenção dos nobres vereadores para que essa pauta tenha êxito aqui, aprovação, Presidente, até porque eu, na condição de conselheiro tutelar, na maior parte do meu tempo, diversas vezes já presenciei e passei por diversas situações nas escolas públicas municipais, não só na questão de incêndio, mas também em situações de risco, questão de facções, questões de briga e tiroteio na comunidade, e as escolas não sabiam como recorrer, como preceder e proceder com seus alunos em situações como essas. Vendo aqui esse programa apresentado pelo Ver. Claudio Janta, que é muito importante, acredito que esse tema deva ser passado aqui pelos nobres vereadores e que ela tenha, sim, confirmação para que dê continuidade. Era isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Não há mais nenhum vereador inscrito para encaminhar a matéria.

Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, tem uma emenda do Ver. Jessé que diz que esse programa só pode ser efetivo em momentos de decretação de emergência ou calamidade pública. Aí nós nunca vamos conseguir capacitar esse pessoal, e, quando nós tivermos realmente uma emergência, nós não teremos pessoas aptas para isso. A gente pede, como liderança de governo, que seja rejeitada a emenda do Ver. Jessé.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está feito o esclarecimento.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01 ao PLL nº 265/23. (Pausa.)

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Presidente, aqui é o Ver. Jessé. O senhor pode ler a emenda para nós?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está em votação o projeto, estamos votando a Emenda nº 01, do Ver. Jessé Sangalli.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos ler a emenda. (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 265/23.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 2 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**, 3 **ABSTENÇÕES**.

Em votação o PLL nº 265/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1012/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 595/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui a Campanha Permanente de Conscientização sobre o Câncer Ocular Infantil – Retinoblastoma – no Município de Porto Alegre. **(SEI 161.00088/2023-94)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Aírto Feronato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 595/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores, eu quero iniciar a fala desse projeto colocando um vídeo que muitos de vocês devem ter visto na rede social e que fala um pouquinho do nosso projeto.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Então, baseada nessa fala deste ator, eu decidi colocar um projeto para que nós tenhamos uma campanha permanente que incentive que os pais tenham acesso e possam fazer todos os cuidados necessários. Esse projeto propõe uma iniciativa valiosa que é de aumentar a

conscientização sobre o retinoblastoma, que é, como falou o ator, um câncer ocular infantil sério e potencialmente fatal. A falta de conhecimento sobre o retinoblastoma pode resultar em diagnósticos tardios, levando a complicações graves, incluindo a perda de visão e até mesmo a morte. Por isso, é necessário que nós implantemos essa campanha de conscientização para ajudar a melhorar o prognóstico e a qualidade de vida das nossas crianças afetadas pelo retinoblastoma em Porto Alegre, fornecendo-lhes acesso a diagnósticos e a tratamentos oportunos. Nós temos uma emenda que é simplesmente para que se possa adequar, é uma recomendação da CCJ, o projeto para que ele possa ser aprovado e não ficar inconstitucional. Então, eu agradeço a todos os pares que puderem votar conosco neste programa. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 595/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 595/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0342/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 174/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui inc. V no *caput* do art. 1º da Lei nº 12.519, de 19 de março de 2019 – que estabelece a divulgação da relação e do estoque de medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS) –, acrescentando o QR Code em cartazes na área externa de Unidades de Saúde de Porto Alegre como meio de divulgação. **(SEI 034.00173/2023-07)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relatora Ver^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Moisés Maluco do Bem: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 174/23](#). (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Presidente Mauro, colegas vereadores e público que nos assiste; em 2019, nós aprovamos aqui nesta Casa uma lei de minha autoria, que determina que em tempo real sejam divulgados os medicamentos da Prefeitura; aquele medicamento que a pessoa pega mensalmente, disponibilizado pela rede SUS, que estivesse no *site* da Prefeitura, e depois nós trabalhamos para que estivesse também no 156+POA. Então, hoje, no aplicativo do 156, a pessoa pode ver onde está o seu medicamento, para não perder tempo e dinheiro – dinheiro com passagem e tempo em fila em posto de saúde para saber se o medicamento dela está lá. Então, antes de sair de casa, ela já vê o aplicativo. Já está funcionando isso, essa lei já está em vigor, a pessoa antes de sair de casa pode ver no aplicativo se aquela medicação que ela faz uso tem no posto dela ou ela tem que se dirigir a outro posto. Dentro disso, nós estamos modificando agora, acrescentando, para que a Prefeitura, a Secretaria de Saúde venha a colocar também nos postos um cartaz com um QR Code. Então, quando a pessoa chegar no posto de saúde vai estar disponibilizado esse cartaz, com o QR Code, que vai direcionar a pessoa para o *link* que informa onde terá o seu medicamento. Tudo isso para facilitar a vida das pessoas, para as pessoas ganharem tempo e dinheiro, estando disponíveis em várias plataformas onde está o seu medicamento, através do fone 156+POA, que já existe, através do *site* da Prefeitura e agora um cartaz na frente do posto de saúde. Isso foi a pedido dos próprios dirigentes de postos de saúde, para aprovarmos essa lei aqui. Eu conto com a ajuda de todos colegas, que saúde para mim é prioridade. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o PLL nº 174/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, vereador.

Vereador Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h03min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *